

MARIANGÉLICA DE LIMA RODRIGUES

**A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DOS DISCURSOS DE POSSE DO
PRESIDENTE LULA EM 2003 E 2007**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca como exigência parcial, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Professor Doutor Luiz Antônio Ferreira.

**FRANCA
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Catálogo na fonte – Biblioteca Central da Universidade de Franca

Rodrigues, Mariangélica de Lima

R614c A constituição retórica dos discursos políticos do presidente Lula proferido durante a posse de 2003 e 2007 / Mariangélica de Lima Rodrigues; orientador: Luiz Antônio Ferreira. – 2007
98 f : 30 cm.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Franca

**Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestre em
Linguística**

1. Linguística – Retórica. 2. Retórica – Discurso. 3. Discurso político-- Estratégias. 4. Discurso político – Persuasão. I. Universidade de Franca. II. Título.

CDU – 801:808:32

MARIANGÉLICA DE LIMA RODRIGUES

**A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DOS DISCURSOS DE POSSE DO
PRESIDENTE LULA EM 2003 E 2007**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca como exigência parcial, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Professor Doutor Luiz Antônio Ferreira.

MARIANGÉLICA DE LIMA RODRIGUES

A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DOS DISCURSOS DE POSSE DO PRESIDENTE
LULA EM 2003 E 2007

Presidente: _____
Nome:
Instituição:

Titular 1: _____
Nome:
Instituição:

Titular 2: _____
Nome:
Instituição:

Franca, ____ / ____ / ____

DEDICO ao meu pai, que embora não esteja mais para compartilhar a minha alegria, mesmo distante sinto a sua presença a todo instante.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela proteção e pela minha existência.

Ao Professor Luiz Antônio Ferreira, por sua dedicação e orientação.

Aos professores tutores, pela dedicação e disponibilidade nos momentos de orientação e esclarecimentos de dúvidas.

Aos colegas de curso pela agradável convivência.

Ao meu esposo, pela paciência e compreensão durante minhas ausências.

A minha mãe, pela formação e por ser a minha referência de vida, a qual eu considero uma heroína.

A minha irmã Mariângela, pela motivação e por manifestar o seu contentamento.

O que melhor caracteriza a retórica é ter sido definida como a ciência de dizer bem, porque isto abrange ao mesmo tempo todas as perfeições do discurso e a própria moralidade do orador, visto que não se pode verdadeiramente falar sem se ser um homem de bem.

Quintiliano

RESUMO

RODRIGUES, Mariangélica de Lima. A Constituição Retórica dos Discursos Políticos do Presidente Lula proferido durante a posse de 2003 e 2007. 98 f. Monografia (Mestrado em Lingüística) – Universidade de Franca.

A presente dissertação de mestrado situa-se na área de estudos da retórica e argumentação e busca desvendar as potencialidades retóricas exploradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus discursos de posse, proferidos respectivamente em 1º de janeiro de 2003 e em 03 de janeiro de 2007. Busca-se, pelo desvendar do discurso, a partir dos estudos retóricos, evidenciar como, pela construção discursiva, é possível consolidar uma imagem, imprimir crenças e transformá-las em consenso, com valor de verdade. O ato retórico, assim, é visto como plano de ação voltado para o outro, produto de uma apreciação acurada das contingências restritivas e amplificadoras do discurso, resultado de argúcia argumentativa e do conhecimento pleno dos mecanismos de manutenção da constituição retórica e das estratégias persuasivas. O estudo é baseado em pressupostos teóricos da retórica aristotélica e da nova retórica, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts- Tyteca (2005). Pela análise retórica foi possível verificar em que proporção discursiva o orador construiu seu *ethos* e atua conscientemente na sociedade, em seu oceano de regras, direitos, deveres e como, nesse contexto, as seduções e as manipulações são criadas para assegurar a ideia de sucesso administrativo e são veiculadas pelos discursos políticos com um único objetivo: buscar o perfeito acordo com seu auditório.

Palavras-chave: discurso político; estratégias, persuasão, retórica

ABSTRACT

RODRIGUES, Mariangélica de Lima. The Constitution of Rhetoric Political Speeches of President Lula made during the possession in 2003 and 2007. 98 f. Mono (Master in Linguistics) - University of Franca.

This dissertation Masters is located in the area of study of rhetoric and argument and seeks to uncover potential rhetorical operated by President Luiz Inácio Lula da Silva in possession of his speeches, delivered respec - respectively on January 1, 2003 and on 03 January 2007. Search is by revealing the speech from the rhetorical studies, as evidenced by the buildinging discourse, you can build an image, print beliefs and turn them into consensus, with a value of truth. The rhetorical act thus is seen as Plan action toward the other, product of an accurate assessment of contingencies restrictive and amplifier of speech, the result of subtlety of knowledge argumentative and full of mechanisms for maintaining the establishment rhetoric and persuasive strategies. The study is based on theoretical assumptions of Aristotelian rhetoric and the new rhetoric of Chaim Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca (2005). By analyzing rhetoric was unable to verify to what extent the speaker builds his discursive ethos and acts consciously in society, in its ocean of rules, rights, duties and how, in this context, the seduções and handling are designed to ensure the idea of administrative success and are expressed by political speeches with a single goal: get the perfect agreement with its auditorium.

Keywords: political discourse; strategies, persuasion, rhetoric.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 VISÃO GERAL SOBRE A RETÓRICA	13
1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS.....	13
1.2 ORIGENS DA RETÓRICA.....	15
1.3 PLATÃO.....	17
1.4 ARISTÓTELES.....	19
1.5 A NOVA RETÓRICA.....	20
1.6 A TEORIA DE ARGUMENTAÇÃO DE CHAIM PERELMAN.....	21
1.7 O AUDITÓRIO.....	22
2 A ARGUMENTAÇÃO E O DISCURSO	28
2.1 O SIGNIFICADO DA ARGUMENTAÇÃO.....	28
2.1.1 Técnicas Argumentativas.....	29
2.2 O DISCURSO.....	36
2.2.1 Etapas do Discurso.....	37
2.2.2 Invenção.....	38
2.2.3 Disposição.....	41
2.2.4 Elocução.....	42
2.2.5 Memória.....	43
2.2.6 Ação e Pronúncia.....	44
2.3 ESTILOS DE RETÓRICA.....	44
2.3.1 Estilo Simples.....	45
2.3.2 Estilo Médio.....	46
2.3.3 Estilo Sublime.....	46
2.4 O DISCURSO POLÍTICO.....	46
2.4.1 A Identidade social do sujeito político.....	50
2.4.2 As estratégias do discurso político.....	52
2.4.3 Os procedimentos expressivos.....	59
2.5 PERSUADIR E CONVENCER.....	61
2.6 FIGURAS DE ESTILO E ARGUMENTAÇÃO.....	62
3 BIOGRAFIA OFICIAL DO PRESIDENTE LULA	66

3.1 O CORPUS.....	69
3.2 A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LULA EM 2003.....	69
3.2.1 O Poder de Persuasão do Discurso do Presidente Lula.....	70
3.2.2 O Contexto.....	70
3.2.3 A Influência da Retórica.....	71
3.2.4 Um Ato Retórico.....	72
3.3 A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LULA EM 2007.....	79
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXO 1.....	93
ANEXO 2.....	107

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado situa-se na área de estudos da Retórica e Argumentação e tem como proposta analisar as estratégias persuasivas utilizadas nos discursos de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferidos respectivamente em 1º de janeiro de 2003 e em 03 de janeiro de 2007. A questão em exame é verificar que imagem o orador Lula constituiu em seu discurso para convencer seu auditório.

Busca-se, pelo desvendar do discurso a partir dos estudos retóricos, evidenciar como é possível consolidar uma imagem, imprimir crenças e transformá-las em consenso, com valor de verdade, pela construção discursiva. O ato retórico, assim, é visto como um plano de ação voltado para o outro, produto de uma apreciação acurada das contingências restritivas e amplificadoras do discurso, resultado de argúcia argumentativa e do conhecimento pleno dos mecanismos de manutenção do poder e dos artifícios persuasivos.

A discussão do tema desta dissertação desdobra-se na busca de respostas para duas questões fundamentais, que imagem o presidente constrói de si mesmo para manter a popularidade e quais as estratégias persuasivas utilizadas nos discursos de posse do Presidente.

A partir dessas questões foram estabelecidos os seguintes objetivos:

a) Geral:

- analisar as estratégias discursivas reveladoras de um *ethos*, por meio do qual o presidente (re) consolida sua imagem pública.

b) Específicos:

- efetuar uma revisão da literatura a respeito da Retórica e da Teoria da Argumentação;

- relacionar a teoria da argumentação com a teoria do discurso político, esta permeadas de peias do dogmatismo ou sectarismo metodológico¹; - identificar o

¹ “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. A disciplina é um princípio de controle da produção de um discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma re-atualização

contexto histórico da vida e da trajetória do presidente para melhor entender como se dá a criação e consolidação de um *ethos* discursivo.

Enfim, abordar a retórica e a política é rever os preceitos sociais de que necessitam os indivíduos de uma dada sociedade. Um ser político tem que ser capaz de discursar, analisar um contexto específico e, constantemente, testar a competência adquirida pela força do *ethos* institucional. Quando bem sucedido, consegue, pelo discurso, sedimentar valores, crenças, parâmetros e até os anseios do auditório.

Pela retórica é possível notar em que proporção o orador imerge conscientemente na sociedade, em seu oceano de regras, direitos, deveres e como, nesse contexto, as seduções e as manipulações são criadas para assegurar a ideia de sucesso administrativo e são remetidas pelos discursos políticos com um único objetivo: buscar o perfeito acordo com seu auditório.

A presente dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo o trabalho se inicia com a explanação dos aspectos conceituais da antiga retórica e a nova retórica.

Já o segundo versa sobre a teoria da argumentação, os estudos sobre os discursos, a construção do discurso político.

E, por conseguinte, no terceiro capítulo identifica o contexto histórico da vida e da trajetória do presidente, para na sequência, iniciar análise linguística do objeto desta dissertação: A constituição retórica dos discursos de posse do presidente Lula de 2003 e 2007.

permanente de regras. Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação de discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva." (FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*, p. 35).

1 VISÃO GERAL SOBRE A RETÓRICA

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS

Segundo Reboul², “pode-se dizer que a retórica é uma invenção grega”. Isto porque a palavra Retórica tem origem grega, rhetoriké, "arte da retórica", subentendendo-se o substantivo técnica.

A retórica vem sendo entendida historicamente em definições bastante distintas. Em lato senso, a retórica mistura-se com a poética, versando na arte da elocução em qualquer espécie de discurso. Entretanto, não é esse o sentido que interessa no presente estudo, mas sim uma compreensão mais restrita, que identifica à retórica como "o ensinamento distinto, independentemente dos conteúdos, que possibilitava defender qualquer causa e qualquer tese" (REBOUL, 2004, p.1). Nesse sentido, a retórica passa a ser um tipo de discurso genérico, aplicável às mais diversas disciplinas. Uma atividade em que prevalece a forma e não o conteúdo.

Insta salientar que há uma conotação estabelecida no senso comum que compreende a retórica como “sinônimo de coisa empolada, artificial, enfática, declamatória, falsa” (REBOUL, 2004, p. XIII), se contrapondo a esta à definição estabelecida por Aristóteles, nos termos abaixo transcritos:

Do ponto de vista da matéria de que trata o discurso retórico, ele apresenta sempre uma questão discutível, controversa, provável, a respeito da qual não se chega à certezas, mas a probabilidade, Isso significa que, do ponto

² REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes,(2004. p. 01).

de vista da matéria, o discurso retórico é sempre dialético: discurso sobre questões prováveis.

E, completa:

Do ponto de vista formal, o discurso retórico se especifica por tentar persuadir a respeito de uma questão provável, controversa (TRINGALI, 1988, p. 19).

O autor ensina que a retórica versa numa argumentação severa, mas difere da lógica que busca uma verdade indiscutível, os argumentos são persuasivos, porém, por não serem veracidades absolutas, podem ser questionados. Desta forma, o orador, pode sustentar ou anular uma tese, deve desvendar pelo pensamento, pela reflexão o que cada questão tem de convincente. Persuadir, portanto, é o objetivo do orador. Sua função, então, consiste em levar alguém a crer em alguma coisa. O importante, em si, não é a “verdade”, mas a verossimilhança. Por isso, onde não há decisão previamente formada, a retórica tem o papel de encontrar uma solução.

Para Dante Tringali (1988: p.19):

Retórica é uma teoria e prática, uma metalinguagem do discurso (retórico) e que discurso (retórico) inclui na sua compreensão os seguintes elementos: um orador, uma audiência, uma questão provável, dialética, discursos orais em debate, cada qual objetivando persuadir o próprio ponto de vista.

De acordo com Olivier Reboul (2004, p. XIV), “Retórica é a arte de persuadir pelo discurso”. Sendo acrescentado por este autor os esclarecimentos pertinentes, ou seja, que não há uma aplicação universal da retórica sendo o escopo da mesma aplicável àqueles discursos que visam a persuadir.

Outro conceito que merece destaque nesta revisão é a de Perelman e Olbrechts-Tyteca, para quem “Retórica é a arte de argumentar” Olivier Reboul (2004,

p. XIII). A teoria de retórica de Perelman é uma teoria de argumentação.

“Argumentação é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao seu assentimento” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4).

Em face das reflexões acima descritas, é possível entender que a retórica é uma matéria que se ocupa da arte de argumentar. Mas, para seu perfeito entendimento, quer como arte, ou quer como técnica da persuasão acreditamos, ser essencial o conhecimento do processo histórico de sua concepção e evolução.

1.2 ORIGENS DA RETÓRICA

Como já explicitado, a retórica teve origem na Grécia antiga e sua essência pode ser percebida no poder de persuasão utilizado na argumentação.

Sobre o tema, a origem da retórica, Reboul (2004, p. 2) leciona:

Sua origem não é literária, mas judiciária. Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciários. Numa época em que não existiam advogados, era preciso dar aos litigantes um meio de defender sua causa. Certo Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e o seu próprio discípulo, Tísias, publicaram então uma “arte retórica” (tekhné rhetoriké), coletânea de preceitos práticos que continha exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça. Como Atenas mantinha estreitos laços com a Sicília, e até processos, imediatamente adotou a retórica.

Contudo, a retórica só se desenvolveu inteiramente depois da consolidação da democracia ateniense. Isto porque, naqueles tempos, os cidadãos atenienses participavam ativamente nas assembleias populares, que possuíam funções legislativas, executivas e judiciárias. Desta forma, os assuntos de interesse

de toda a comunidade estavam sempre subordinados à opinião popular, que votava para decidir cada questão.

Nenhum cidadão podia fugir-se de sua parte de responsabilidade, aí incluindo a justificativa de seu julgamento diante do público. Assim, a realização da missão política dependia da aptidão de raciocinar, de falar e de argumentar perfeitamente, e, por conseguinte, havia uma demanda de docentes que pudessem propiciar à necessária instrução política do povo. Estes catedráticos eram os sofistas.

Sob tal rubrica, os sofistas agrupavam vários pensadores que mantinham entre si certa afinidade de métodos e finalidades. Sua proposta era ensinar a política e as características indispensáveis para a concepção de cidadãos capazes de exercer a séria missão que lhes era atribuída, aí incluindo a retórica, por eles concebida no poder do convencimento das palavras, exercido especialmente nos tribunais.

Em sua época, os sofistas possuíam uma ótima reputação, que não se manteve na posteridade, graças a Platão, que atribuiu ao termo sofista e seus derivados uma imensa conotação pejorativa.

Assim, a retórica se realiza como uma natureza de discurso aplicável a diversas disciplinas e parâmetros. Têm por característica intrínseca a não preocupação com a verdade dos conhecimentos que expõem, nem com o conteúdo nelas explícitos. Identificam-se com a teoria do discurso persuasivo, tanto para Aristóteles como para Perelman. Para estes, argumentação e retórica são vinculadas, pois não existe discurso sem auditório e não há argumentação sem retórica.

Muitas das classificações efetuadas por Aristóteles são benquistas até hoje e outras serviram de apoio para outras classificações hoje abordadas. A arte

retórica é o mais importante tratado de retórica já existente, resume toda a retórica antiga, segundo Tringali (1988, p.40), “talvez seja o ponto mais alto que tenha alcançado, em todos os tempos”.

1.3 PLATÃO

Através de Górgias nasce uma novidade na fonte da retórica. De acordo com Tringali (1988, p. 38): “Cabe a Górgias (487-380 a. C.), discípulo de Empédocles e Tísias, levar a Retórica a Atenas, onde fora como embaixador dos sicilianos”. A retórica de Górgias é estética e literária. Sua eloquência cativou os atenienses a tal ponto que ele prometeu-lhes que voltaria.

Cumprir destacar que é através da indagação platônica sobre a retórica sofística que se torna possível conhecer a maior parte desta filosofia, que até então, somente era localizada em fragmentos dispersos, considerando que a máxima sofística se define a partir de sua repulsão pela perspectiva platônica, cuja característica principal é a crítica, o estudo das principais oposições levantadas por Platão contra a retórica torna-se eficaz a formar um panorama mais completo sobre o tema.

Nas palavras de Tringali, (1998, p. 39):

Para combater os abusos dos sofistas, Platão radicaliza e desnatura a essência da Retórica e o que intenta pôr no lugar dela, já é outra coisa. Ele investe violentamente contra a Retórica em voga, a Retórica dos sofistas e sugere uma Retórica ideal. Platão parte do conceito sofístico de Retórica, como teoria do discurso persuasivo que versa indiferentemente sobre o justo e o injusto diante de uma multidão ignora. (...) Indigna-o a ilusória pretensão de que se gabam os oradores de gozarem de importância e poder no Estado. (...) Na visão de Platão, numa contundente crítica aos sofistas, o orador não pratica outra coisa senão bajular e lisonjear as multidões, daí porque a oratória não consegue se elevar ao nível de uma ciência ou arte.(...) Mas o ponto mais vulnerável da Retórica decorre da natureza de seu conteúdo o justo e o injusto. Não se pode defender indiferentemente o justo e o injusto. A Retórica sob pena de se negar, deve

ser justa, não pode em hipótese nenhuma, praticar a injustiça, aliás, é preferível sofrer a cometer a injustiça. O criminoso deve ser punido e nunca inocentado através de mentiras.

Inúmeras são as citações de Platão sobre a retórica, sendo que em dois de seus mais conhecidos diálogos, Górgias e Protágoras, ela se faz essencialmente presente. Isto porque, em tais diálogos, revelam-se patente a preocupação de Platão com o domínio político exercido pelos sofistas que, muitas vezes, utilizavam-se de suas aptidões para fins suspeitos, situação esta que leva Platão a identificar a retórica apenas como uma manipulação indisciplinada licenciosa e amoral das técnicas argumentativas com o objetivo de subverter a verdade.

De outro lado, pela perspectiva dos sofistas não existe uma verdade absoluta, sendo esta uma das formas através da qual se insere o relativismo que lhe é peculiar. Para eles, a verdade filosófica, sendo afetuosa nunca é certa senão para aqueles que os pronunciam e para os que nela acreditam. Apresenta-se com natureza múltipla. Se é certo que quase todos os filósofos atribuem a si próprios favoráveis o privilégio exclusivo de conhecer a verdade, não é menos convicto que cada um deles apenas adentra numa certa verdade.

Afinal, a retórica é neutra, pode tanto ser usada para fins benéficos o quanto para fins maléficos. Acreditamos que a única forma de evitar o potencial danoso da retórica é levar ao conhecimento de todas as técnicas argumentativas, e esperar, com isso, que sejam evitados os efeitos funestos que a retórica pode acarretar quando utilizada para fins escusos.

Sob este ponto de vista platônico, uma retórica falaciosa jamais conseguiria persuadir um auditório com um grau de cultura mais elevado. “De qualquer forma, as restrições que Platão faz à Retórica, com o peso de sua

autoridade repercutiram, através do cristianismo, pelos séculos afora”
(TRINGALI, 1988, p. 39).

É Isócrates quem une conceitos e tenta apaziguar os sofistas com Platão. Sócrates afastara a sabedoria da Retórica, acreditando que o filósofo não deve ser orador. Mas, Isócrates une, novamente, a Retórica à sabedoria, disciplinando que a sabedoria ou que a retórica de nada vale uma sem à outra.

Ainda de acordo com Tringali (1988, p. 40):

Nas mãos de Isócrates, a Retórica se faz uma arte de bem pensar, bem viver, bem falar. Com ele a elocução conhece dias de glória. Ele se dedica à elaboração da prosa artística e cria o “número oratório”, isto é, os fins de períodos metrificadas. Cícero chega a dizer que Isócrates se constituiu num verdadeiro laboratório de eloquência, “officina dicendi”.

1.4 ARISTÓTELES

Aristóteles, filósofo grego, nasceu em Estagira, no norte da Grécia, em 384 a.c., e morreu na ilha de Euboea em 322 a.c. Foi aluno de Platão e a primeira pessoa a valorar o estudo ordenado das diversas disciplinas existentes. Escreveu inúmeras de obras sobre os mais variados assuntos, que ainda hoje servem de fontes basilares de conhecimento, mesmo passados séculos de sua morte. Dentre tais escritos encontra-se a Arte Retórica.

Aristóteles oferece um dos principais paradigmas do mundo moderno: o realismo aristotélico. Foi ele quem deu origem ao racionalismo que praticamos.

Como bem discorre Reboul (2004, p. 27):

Numa palavra, Aristóteles salva a retórica, colocando-a em seu verdadeiro lugar, atribuindo-lhe um papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos. É a arte de encontrar tudo o que um caso contém de expressivo, sempre que não houver outro recurso senão o debate contraditório.

1.5 A NOVA RETÓRICA

Da Grécia, a Retórica vai para Roma onde começa a se expandir. A Retórica grega encanta os romanos, vindo a acertar com a sua vocação. É de Roma a herança deixada ao mundo ocidental sobre a Retórica. Contudo, em 161 a.C. os docentes gregos de Retórica são excluídos de Roma. “E imediatamente os discípulos romanos os substituem e a Retórica se converte em um dos mais insinuantes instrumentos de poder” (TRINGALI, 1988, p. 41).

A retórica alcançou grande valor durante o império romano, pois referido estado dependia essencialmente do direito para sua unificação. Além disso, a prática judicial era de suma importância para a consecução do objetivo acima explicitado, pelo que, a retórica e seus defensores foram extremamente valorados nesta época. Dentre os oradores romanos merecem destaque Cícero e Quintiliano, que escreveram notáveis obras sobre a retórica.

O declínio da retórica acompanhou a queda do império romano, de modo que, gradativamente, sua importância foi se desocupando, ao passo que, em sentido contrário, o pensamento racional cartesiano iniciou sua elevação, passando a prevalecer na filosofia e nas ciências ocidentais que persistiram por cerca de três séculos, período este em que a tradicional retórica grega manteve-se completamente esquecida.

"Os estudos dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurado pelos lógicos e teóricos do conhecimento" (PERELMAN, 2005, p. 1). Tal ocorrência se justifica no fato de que a retórica somente existe quando houver dúvida acerca de alguma questão, eis que não se preocupa com aquilo que é inconteste, mas sim com embates cujas soluções não podem ser encontradas na experiência ou na dedução lógica, ou seja, seu campo é "o do

verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo” (PERELMAN, 2005, p. 1).

Por conseguinte, pode-se concluir que por longo tempo à retórica foi destituída de sua posição lógica e relegada ao plano de mero aprendizado mundano, sendo que, somente no século XX é que se iniciou uma linha filosófica e acadêmica vultosa, cujo objetivo fundamental era reaver a dignidade da Retórica.

Foi a partir do valor que passava a ser dado à filosofia da linguagem e à filosofia dos valores, que distintos filósofos e estudiosos passaram a tratar à retórica como um elemento digno de apreciação.

1.6 A TEORIA DE ARGUMENTAÇÃO DE CHAIM PERELMAN

Chaim Perelman, é um filósofo de origem polonesa radicado na Bélgica, foi quem de maneira mais completa e ilustre ajudou a romper a tradição cartesiana positivista de desconsideração da retórica.

A retórica ressurgiu por intermédio de Perelman, que, em seu Tratado de Argumentação, escrito juntamente com Lucie Olbrecht-Tyteca, faz ressurgir a retórica aristotélica com uma nova aparência. Perelman busca um novo tipo de raciocínio capaz de lidar com incerteza. Em Tratado da Argumentação, Perelman propõe-se a estudar "as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam seu assentimento" (PERELMAN, 2005, p. 5).

Assim, a Retórica cria um vínculo entre o orador, interessado em persuadir, e o auditório, interessado em escutar. Nesse sentido, o que garantirá a adesão do auditório à tese do orador é justamente a fundamentação com base em

argumentos fortes. Por conseguinte, a retórica seria um método dialógico e não um método individual, onde o público vê-se "obrigado" a concordar com o orador.

Perelman deixa nítido que a nova retórica não pretende substituir a teoria da demonstração, nem tampouco formalizar o raciocínio valorativo, dando-lhe certa lógica.

O autor de o Tratado da Argumentação, com isso, abre mão da oratória para se concentrar unicamente na compatibilidade do argumento com o auditório a que se instala. Para ele, a técnica mais adequada ao orador depende da qualidade de seus argumentos e do auditório ao qual ele se dirige, sendo este estudo de capítulo específico, logo a seguir.

1.7 O AUDITÓRIO

Por auditório pode-se compreender como um “verdadeiro aglomerado” o qual, o orador pretende se dirigir, seja por uma linguagem escrita ou falada.

Da mesma maneira que na arte retórica, conhecer o auditório é aspecto constitucional da Nova Retórica. O auditório é condicionado ao gênero discursivo a ser abordado. A escolha não é capacidade do orador, mas, sim, do seu público, pois é o auditório que finaliza a sua escolha.

Um princípio fundamental da argumentação é o contato entre o orador e seu auditório, o que não pertence unicamente às categorias prévias da argumentação, mas é também essencial para todo o desenvolvimento daquela.

E como se define o auditório? Quem outorga uma entrevista a um jornalista, considera que seu público é composto pelos leitores do jornal, e não

apenas por quem o entrevista. A definição não é fácil e, por isso, os autores, como Perelman e Olbrechts (2005, p. 22), preferem definir o auditório como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.” Já o grego Aristóteles, em sua obra “Retórica”, tratava de classificar os auditórios, seja pela idade, seja pela profissão, seja pela fortuna.

O mesmo parece ter feito posteriormente, o romano Cícero. Na classificação dos auditórios, sempre deparamos com subsídios psicológicos e sociológicos, e sempre será necessário ter em vista a amplitude daquilo que se deseja comunicar, a natureza social, bem como a cultura dos ouvintes.

Ainda consoante Perelman, auditório seria o elemento a que o discurso se refere, objetivando, com isso, um maior número possível de adeptos. Nestes termos, diz o autor (2005, p. 21): "Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar".

Desta forma, o auditório se transforma no elemento fundamental da retórica, ou seja, seu referencial, pois, é a partir dele, e, é para ele que o discurso se aponta.

A noção de Auditório, nestes termos, torna-se de suma importância na obra de Perelman, pois um discurso só pode ser eficaz se for adaptado ao tipo de auditório que se quer persuadir. Perelman (2005, p. 26), citando Vico, ratifica esta afirmação: "todo objeto da eloquência é relativo aos nossos ouvintes, e, é consoante suas opiniões que devemos ajustar os nossos discursos".

E ainda segundo o doutrinador em tela, auditório é o conjunto de indivíduos que o orador quer interagir mediante o seu discurso. O conhecimento do auditório é vital para o sucesso da argumentação, já que o orador sempre fundamentará seu discurso a partir daquilo que ele confia e acredita ser conhecido

pelo seu público, ou seja, os determinados acordos prévios do auditório, no intuito de que seja interpretado e compreendido. Quanto melhor se conhece o público, maior é o número de acordo, de adesão que se adquirira e, portanto, melhor fundamentada será a argumentação, e o inverso também é verdadeiro.

Do exposto, verifica-se que o discurso deve-se afeiçoar com o auditório e formar com ele um único espírito, como bem diz Perelman (2005, p. 27): "o grande orador, aquele que tem ascendência sobre outrem, parece animado pelo próprio espírito de seu auditório".

Porém, além do orador adaptar os seus discursos aos tipos de auditórios, a que se refere, este também terá de se aprimorar para acompanhar os argumentos e as ideias postas. Nesse sentido, Perelman (2005, p. 27) cita Demóstenes se referindo ao povo ateniense: "Jamais vossos oradores vos tornam bons ou maus; sois vós que fazeis deles o que quiserdes. Com efeito, não vos propondes conformar-vos à sua vontade, ao passo que eles se pautam pelos desejos que vos atribuem".

De acordo com Perelman, dois auditórios merecem uma atenção especial em razão de seu interesse filosófico. Um deles é aquele dirigido a uma única pessoa (Auditório Particular), o outro é aquele que se refere a toda humanidade (Auditório Universal).

Com isso, diz Perelman que um discurso persuasivo é aquele cujas premissas e cujos argumentos são universalizantes, ou seja, admissíveis, em princípio, por todos os seres racionais.

E como já explicitado, é Perelman que introduz o conceito de Auditório Universal, tão comum em sua obra, e o diferencia (paralelismo) ao mesmo tempo dos seus vários tipos, como por exemplo: o auditório das elites; o auditório individual; etc. Todavia, deixa clara a superioridade do Universal em face dos

demais. Os argumentos dirigidos ao auditório universal são aqueles dotados de grande pretensão de verdade.

A partir disso, torna-se clara a importância, para Perelman, do auditório universal, que se representa um verdadeiro conglomerado, o qual o orador pretende persuadir através de seus argumentos. Contudo, Perelman não considera que os argumentos dirigidos ao auditório universal sejam indiscutíveis; ao contrário, deve-se sempre considerar a probabilidade de uma tese oposta surgir, por mais fortes que sejam os argumentos.

A retórica utiliza a linguagem natural, sujeita à ambiguidade e a indefinição. Sendo assim, a teoria da argumentação focaliza a importância da interpretação daquilo que é dado, ou seja, daquilo que é unívoco e irrefutável. Sendo retórica a arte de seduzir e de manipular pelo discurso, é certo de que a utilizamos o tempo todo, seja para se tornar mais competitivo ou para alcançar o objetivo, tão almejado de quem a profere. O simples fato de apresentar apenas uma das interpretações possíveis se relega às outras aos desconhecimentos do auditório, e não há interesse da parte do orador em separar aquilo que é dado daquilo que é interpretação. Desde que não se dê conta da multiplicidade de interpretações, para o auditório ambos serão uma coisa só, o que pode ser utilizado eficazmente pelo orador.

Portanto, o auditório tanto pode ser constituído de um único interlocutor como pode ser um auditório universal, muitas vezes heterogêneo. O auditório ideal é aquele formado por um grupo social homogêneo, como discentes, empresários, trabalhadores, políticos, religiosos, etc. Ademais, para influenciar mais um auditório, o orador pode procurar condicioná-lo, por meio de som, da iluminação, da projeção de dados ou de imagens, etc. É a adaptação do orador ao auditório que vai fazer

com que, no final do discurso, o auditório já não seja o mesmo do início, ou seja, que tenha obtido uma “nova concepção da realidade” conferida, ao mesmo, pelo orador.

Na argumentação deliberativa a finalidade é atingir o auditório universal. Pretensão é convencer o ouvinte pelo caráter coativo das razões fornecidas, de sua proeminência é independente das contingências locais ou históricas. O gênero oratório, que os antigos qualificaram de epideíctico, trata-se do elogio ou da censura, ocupa-se com o que é belo ou com que é feio.

Portanto, trata-se de reconhecer valores do próprio discurso. Está mais ligado à literatura do que à argumentação, segundo Perelman e Olbrechts (2005, p. 57): “na epidíctica o orador se faz educador”.

Perelman nos aconselha da mesma forma que o auditório cabe o papel principal de determinar a qualidade da argumentação do orador e também averigua o seu comportamento social.

Assim também, o importante na argumentação não é conhecer o que o próprio orador considera verdadeiro, mas as verossimilhanças dos fatos, no entanto, o orador tem que incorporar o dizer no ouvinte, naquilo que o auditório acredita e crê. O orador tem a obrigação de adaptar-se ao auditório, e o fato de tratar de um tema técnico, não se deve afastá-lo da retórica e da dialética. Assim, assevera o autor (PERELMAN 2005, p. 56/57): “O orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para amplificar e valorizar”.

E, portanto, há uma regra para o orador, que é a interação do discurso ao auditório. Como se deduz, a Nova Retórica reveste de atualidade as premissas da Retórica Aristotélica e se faz uma metodologia atual de análise não apenas de discurso, do uso da palavra, mas do próprio comportamento social.

Assim sendo, os argumentos mais analisados pela Nova Retórica são aqueles que se proporcionam numa forma de ligação que permitem transferir para a conclusão a aderência outorgada às premissas.

E, a partir da obra de Perelman é possível concluir que todas as pessoas utilizam-se da retórica, a todo o momento, seja para convencer auditórios ou até mesmo uma única pessoa. Por conseguinte, Perelman e Tringali versarão sobre as definições da argumentação e do discurso estabelecem um consenso entre orador e auditório.

2 A ARGUMENTAÇÃO E O DISCURSO

2.1 O SIGNIFICADO DA ARGUMENTAÇÃO

De acordo com Reboul (2004, p. 91) a argumentação “constitui um método de pesquisa e prova que fica a meia distância entre a evidência e a ignorância, entre o necessário e o arbitrário”. E conclui, para ele, “a retórica em si compõe-se de dois elementos: argumentativo e oratório”.

Argumentar é a aptidão de apresentar um ponto de vista de forma tão forte que o interlocutor assimile o que lhe foi passado como verdade fosse. Um texto argumentativo sempre é feito visando seu interlocutor. O objetivo deste tipo de texto é sempre convencer, persuadir, levar o leitor a concordar com o que lhe fora apresentado.

Por isso, considera-se que a argumentação somente é tida como eficaz quando chega a interagir com o outro, fazendo-o concordar, ainda que sem perceber, com os argumentos expostos.

No discurso o orador inter-relaciona com o interlocutor e fornece interpretações baseadas no conhecimento prévio acerca do assunto tratado. Por esta razão, oferecemos uma compilação das palavras dos autores, a fim de caracterizar os tipos de argumentos retóricos.

A argumentação tem características essenciais, como por exemplo, ela dirige-se a um auditório, se expressa em linguagem natural, suas premissas são

ditas como verdadeiras, sua evolução depende do orador e suas finalizações são sempre questionáveis.

Em síntese, assevera Reboul, que a característica de uma boa argumentação é o equilíbrio entre ela ser eficaz e ao mesmo tempo honesta. A característica de uma boa argumentação não é suprimir o aspecto retórico, mas equilibrá-lo. Como sugeri Perelman para discernir as generalidades argumentativas precisam-se estruturá-las de acordo com o seu público, que serão explicitadas no tópico seguinte.

2.1.1 Técnicas Argumentativas

Perelman apresenta-se as técnicas argumentativas sob vários aspectos diferentes:

As técnicas argumentativas são subsídios distintos que aceitam estruturá-las ou valorizá-las, seja, positivamente ou negativamente um pelo outro.

De acordo com Perelman, os argumentos quase lógicos abrangem melhor o pensamento formal e os argumentos que se baseiam na estrutura do real são incorporados conformes à própria estrutura dos valores, isto é, das coisas.

Perelman e Tyteca, em seu Tratado de Argumentação, vão mais além.

Nas palavras de Reboul (2004, p. 163/164):

Aristóteles não trata da forma da argumentação, da relação entre as premissas. O TA³, ao contrário, estuda o conteúdo das próprias premissas, define tipos de argumentos (lugares) que permitem propor uma premissa, mais precisamente uma premissa maior, à qual se pode depois subsumir o caso em questão.

O TA distingue então quatro tipos de argumentos:

³ Perelman, Chaim e Tyteca Olbrechts, Lucie. TA significa: Tratado da Argumentação.

- os quase lógicos, do tipo “um tostão é um tostão”;
- os que se fundam na estrutura do real, como o argumento a Fortiori;
- os que fundam a estrutura do real, como a analogia;
- os que dissociam uma noção, como o distingue entre a aparência e a realidade.

Dessa maneira, temos como primeiro tipo os argumentos quase lógicos, que são aqueles que se expressam explicitamente, têm sua força persuasiva na semelhança com os argumentos formais: “O orador designará os raciocínios formais aos quais se referem, prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente”. (PERELMAN e TYTECA, 2005, p.220). Para Reboul (2004, p.168): “cada um dos argumentos quase lógicos é aparentado com um princípio lógico, como a identidade ou a transitividade e, assim como eles, são a *“priori”*, no sentido de que não fazem apelo à experiência”.

Em seguida, a contradição e incompatibilidade:

O que significa que se evidenciará a redução, que só permitirá a absorção a um sistema formal do sistema atacado, o qual se depara em confronto com uma tese já aceita, sem motivo justo, ataca contradizendo, gera uma incompatibilidade, por sua vez, expõe uma conduta hipócrita. De acordo com Reboul (2004, p. 169): “A incompatibilidade está vinculada à retorsão, que consiste em retomar o argumento do adversário mostrando que na verdade este é aplicável contra ele mesmo”.

A regra de justiça na visão de Perelman e Tyteca insere-se em: “um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria”. (2005, p. 248). Fundamental nessa regra é oferecer tratamento igualitário aos elementos ou situações de uma mesma classe ou categoria.

Temos também os argumentos de reciprocidade, os quais:

Visam aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes. A identificação das situações, necessária para que seja aplicável a regra de justiça, é aqui indireta, no sentido de que requer a intervenção da noção de simetria (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 250).

Reciprocidade facilita a ação de identificar os atos, os acontecimentos e os seres levando-os à compreensão da simetria em evidência.

Trazemos também os argumentos de comparação. De acordo com Perelman e Tyteca, a escolha dos termos de comparação amoldados ao auditório pode ser um elemento principal da eficácia de um argumento, mesmo quando se versa de uma comparação específica. A comparação se apresenta com conveniências ou inconveniências, tal técnica argumentativa qualifica ou desqualifica utilizando-se elemento gramatical como o superlativo.

Os autores falam ainda em argumentos pelo sacrifício. Os estudiosos da Nova Retórica afirmam que: “jamais podemos saber se o mundo, pelos obstáculos que nos apresenta, informa-nos sobre ele ou sobre nós. Somos nós que, livremente, fixamos os limites de nossos esforços” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 281). Nota-se que a argumentação por sacrifício é marcada pelo sofrimento, pelo esforço que caracteriza mais o caráter afetivo para formar um juízo sobre a compensação de se fazer alguma coisa para adquirir outra.

De outro lado, temos como um segundo tipo os argumentos baseados na estrutura do real. Vale enfatizar que os argumentos baseados na estrutura do real são aperfeiçoados por opiniões distintas, sob a ótica dos valores do senso comum. São argumentos essenciais para adquirir acordos e obter a adesão. Eles se amparam na experiência, e não na lógica. “O que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a eles concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções”, (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 298).

Citaremos, resumidamente, diferentes tipos de argumentos, de acordo com as estruturas do real às quais se aplicam e encontrados no senso comum.

Assim, temos as ligações de sucessão, em que se parte da hipótese que o vínculo causal é essencial, e seus efeitos são imprescindíveis. Portanto, a argumentação visa, a partir de um fato, comprovar um efeito de sentido. “O termo acontecimento deve, aliás, ser tomado no sentido mais amplo. Isso porque a relação entre um princípio e suas consequências é muitas vezes tratada como uma ligação de sucessão que faz parte da estrutura do real” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p.300).

Nas ligações de sucessão temos o argumento pragmático, o argumento do desperdício e o argumento da direção.

O argumento pragmático estabelece uma relação de coexistência, pois deriva do homem que é descendente dos animais, assim por diante. “Permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 303).

O argumento do desperdício que sugere conscientizar as pessoas a não cometer atos que possam prejudicá-las futuramente. “Ficar-se-á tentado a dar o voto se julgar que esse voto pode arrebatá-lo o sucesso” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 320).

O argumento da direção ressalta que todo contexto a ser produzido necessita de um ponto de referência, para que obtenha coerência e entendimento. “Estabelecendo pontos de referência intermediários, indicando fins parciais cuja realização não provoca uma oposição tão forte” (PERELMAN e TYTECA, 2005, 321).

Paralelo às ligações de sucessão, temos as ligações de coexistência. Segundo Perelman e Tyteca:

Enquanto, nas ligações de sucessão, os termos cotejados se encontram num mesmo plano fenomênico, as ligações de coexistência unem duas realidades de nível desigual, sendo uma mais fundamental, mais explicativa do que à outra (PERELMAN e TYTECA, 2005: 333).

E, ainda:

A ideia de “pessoa” introduz um elemento de estabilidade. Todo argumento sobre a pessoa explicita essa estabilidade... Grande número de argumentações tende a provar que a pessoa não mudou que a mudança é aparente, que as circunstâncias é que mudaram, etc. (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 334).

Como ressalta Perelman e Tyteca (2005, p. 347): “Muitos argumentos são influenciados pelo prestígio. É o caso do argumento pelo sacrifício. Mas existe uma série de argumentos cujo alcance é totalmente condicionado pelo prestígio”.

O argumento de prestígio mais nitidamente marcado pelo argumento da autoridade, que está ligado ao caráter do orador, o intuito sobre a qual pretende aderir. “É o modo de raciocínio retórico que foi mais intensamente atacado por ter sido, nos meios hostis à livre pesquisa científica” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 348).

O discurso pode ser considerado como um ato do orador, em que o orador utiliza-se de todas suas argúcias em seu discurso, com intento de persuadir o auditório, ao qual se dirige. “O cerimonial, técnica de distinção, que realça o brilho do orador, poderá, por sua vez, ser favorável à persuasão, se os ouvintes o considerarem um ritual do qual também participam” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 365).

Os argumentos do terceiro tipo são os que fundamentam a estrutura do real. Assim, temos a argumentação pelo exemplo, que implica desacordo sobre uma regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar. Este tipo de argumentação é bastante utilizado por políticos em seus discursos, em que falam sobre determinado assunto e citam fatos já ocorridos. “Em muitas circunstâncias, o orador manifesta claramente sua intenção de apresentar os fatos como exemplos; mas nem sempre é isso que acontece” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 400). Para entender o assunto geral, o mentor pode utilizar exemplos para esclarecer, compreender e memorizar.

De acordo com Perelman e Tyteca, (2005, p. 407)

A ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência.

A ilustração e o exemplo integram-se um no outro, evitam que o orador se distraia. O modelo pode ser considerado um argumento, pois serve como regra. “O modelo indica a conduta a seguir; serve também de caução a uma conduta adotada” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 415). Sugere e evita fazer alguma coisa semelhante à outra.

Reboul classifica a comparação e o argumento do sacrifício entre os argumentos do terceiro tipo, alegando “que o que se mede é sempre empírico” (REBOUL, 2004, p.183). Entretanto, apegamo-nos à classificação da Teoria da Argumentação de Perelman e Tyteca, pois estão estes entre os argumentos quase lógicos, por ser a medida um ato matemático.

A analogia e a metáfora estão entre os argumentos do terceiro tipo, ou seja, que se baseiam na estrutura do real. No raciocínio por analogia é instalada

numa estrutura do real que consinta localizar e provar uma verdade graças a uma afinidade de relações.

“A analogia faz parte de uma série, identidade-semelhança-analogia, da qual constitui o elemento menos significativo. Seu único valor seria possibilitar a formulação de uma hipótese que seria verificada por indução” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p.423).

Os efeitos da analogia estão voltados à espiritualidade: “permite compreender melhor as relações entre a graça e o livre arbítrio e a respectiva importância do homem e de Deus no pecado e na salvação” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 435).

Os argumentos do quarto tipo, quais sejam, por dissociação das noções, consistem em dissociar noções em pares hierarquizados. Tem como objetivo fundamental resolver incompatibilidade:

A técnica de ruptura de ligação consiste, pois, em afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados e independentes. Em contrapartida, a dissociação pressupõe a unidade primitiva dos elementos confundidos no seio de uma mesma concepção, designados por uma noção (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 467/468).

E, acrescenta:

A definição é um instrumento da argumentação quase-lógica. É também um instrumento da dissociação nocional, notadamente todas as vezes que ela pretende fornecer o sentido verdadeiro, o sentido real da noção, oposto ao seu uso habitual ou aparente (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 504).

A retórica como expediente:

Um expediente é um modo de operar para obter resultado, tal como o processo de fabricação, meio técnico para confeccionar um produto. O que se apresenta à primeira vista como meio, como expediente, é apreciado conforme sua eficácia, e em seu justo valor (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 511).

“Persuadimo-nos melhor, na maioria das vezes, pelas razões que nós mesmos encontramos do que por aquelas que vieram à mente dos outros” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 514).

Para se adquirir a persuasão, o orador deve ter sempre a reflexão da interação dos argumentos. Os vários tipos de argumentos devem ser mesclados, entre si e também entre estes e o conjunto da situação argumentativa. No caso do discurso político, objetiva-se conseguir a interação com o auditório. Os argumentos utilizados são muito importantes, têm muita força, principalmente, aqueles que causam efeitos de sentido.

De fato, a descrição dos argumentos chamados a interagir sempre pode ser estendida numa direção dupla: por uma análise mais aprofundada dos enunciados, análise mais acurada ou, também, diversamente conduzida, e pela consideração de um número crescente de argumentos espontâneos tendo o discurso como objeto (PERELMAN e TYTECA, 2005, p.523).

Perelman e Tyteca ressaltam ainda que:

Se a argumentação é, essencialmente, adaptação ao auditório, a ordem dos argumentos de um discurso persuasivo deveria levar em conta todos os fatores suscetíveis de favorecer-lhes a acolhida pelos ouvintes. Três pontos de vista, pelo menos, podem ser adotados na escolha da ordem persuasiva: o da situação argumentativa, ou seja, da influência que terão, sobre as possibilidades argumentativas de um orador, as etapas anteriores da discussão; o do condicionamento do auditório, ou seja, das modificações de atitude geradas pelo discurso; enfim, o das reações suscitadas, no auditório, pela apreensão de uma ordem no discurso (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 556-557).

2.2 O DISCURSO

Segundo Reboul (2004, p. XIV): “Por *discurso* entendemos toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido”.

Aristóteles divide o discurso em quatro etapas, segundo sua finalidade é ordená-los de acordo com que cada argumento produz:

a) O discurso lógico, é o argumento que busca atingir pelo uma certeza absoluta, no qual o resultante é tido como verdadeiro e incontestável;

b) O discurso dialético, que apesar de não objetivar-se uma certeza absoluta, tenta adquirir a maior verossimilhança possível, que se deve raciocinar a partir do provável, respeitando estritamente as normas da lógica duas afirmações antagônicas: é saber a tese e a antítese;

c) Já no discurso retórico não empenha na busca da verdade. Aqui o orador ou escritor objetiva-se apenas persuadir o ouvinte ou leitor de que sua tese é falsa ou verdadeira, utiliza-se da maneira de falar, dos gestos e até do modo de se vestir como elementos para influenciá-lo ou convencê-lo; e

d) Por fim, o discurso poético, relata-se que o argumento da certeza e da veracidade não têm valor, pois busca provocar as paixões com o intuito de impressioná-lo.

2.2.1 Etapas do Discurso

Para a realização do discurso, são percorridas as seguintes etapas: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*), elocução (*elocutio*), memória (*memória*), ação (*actio*, *pronuntiatio*).

O orador se organiza e estrutura os argumentos, faz um plano de maneira racional e plausível, redige e memoriza e diz o discurso em público.

Por fim, não se pode olvidar, ainda, da questão da reflexão, como bem pondera Tringali:

Na enumeração não aparece explicitamente à reflexão como uma etapa da realização do discurso. Não aparece porque é óbvia, ela se pressupõe em qualquer atividade humana.(...) Primeiro se pensa, depois se diz ou escreve (TRINGALI, 1988, p. 61).

2.2.2 Invenção

A invenção em Retórica e Dialética significa buscar e descobrir o que está escondido e guardado.

Aristóteles chega à definição da Retórica pela invenção, a arte de encontrar em qualquer questão os meios de prova. Inventar é descobrir as provas.

A seguir temos a disposição, melhor explicitada adiante, que “consiste na distribuição das partes dentro do todo” (TRINGALI, 1988 p. 81). Ou seja, depois de recolher o material, de juntar as provas, vem o momento de colocá-las cada coisa em seu devido lugar.

Depois de tomar posição diante de uma questão controversa, o orador procura as provas, e cria para melhor entender como dá a manutenção das provas, pois elas servem de instrumento de realização do objetivo da Retórica, convencer e persuadir. A persuasão só é efetiva através de provas.

Os raciocínios científicos levam às certezas, os raciocínios retórico-dialéticos levam as verossimilhanças.

Tópica é a disciplina proposta por Aristóteles para cuidar da invenção, ao mesmo tempo, na Dialética e na Retórica. Ela explica onde encontrar os lugares de onde se tiram as provas. A palavra lugar tem aqui sentido figurado. Todo o problema se restringe em saber onde achar as provas.

As provas retóricas se dividem em extrínsecas e intrínsecas.

De acordo com Tringali as provas extrínsecas, também são chamadas de extratécnicas ou inartificiais para significar que são provas que ficam fora do parâmetro da arte. Elas são extrínsecas, pois, à retórica, que não informa a localizar, são dadas, mas depois de dadas, se concluem pelo orador. Elas têm sua fonte num acontecimento, numa circunstância externa, são fortuitos e variáveis e dependem de outras áreas de conhecimentos. Supõem uma particularização e, não raro, exigem a contribuição do saber dos peritos. Podemos citar como exemplo as impressões digitais.

As provas intrínsecas, inerentes à Retórica, e também chamadas de artificiais ou técnicas, pertencem à arte, à técnica oratória. Assim sendo, não dependem de outros parâmetros de conhecimentos, são internas à Retórica. Subdividem-se em lógicas e psicológicas.

As provas lógicas compreendem o silogismo e o exemplo. As provas racionais são mais voltadas à razão, que são os conhecimentos armazenados no cérebro. Enquanto, as psicológicas são mais voltadas às emoções, aos sentimentos, e estão armazenadas no consciente e no inconsciente de cada ser humano, que se expressa de maneira diferente. O exemplo é uma espécie de indução retórica e o silogismo é uma forma dedutiva de raciocinar que, na Retórica, tem um aspecto importante que Aristóteles chama de entimema.

As provas lógicas arremessam convencer diretamente o conhecimento ao passo que as psicológicas projetam atingir o sentimento, mas através do coração.

As provas psicológicas exploram a afetividade humana. O orador, através de argumentos desta natureza, desperta a afetividade para obter seus interesses.

Nas palavras de Tringali (1988, p. 75) “o homem se rege mais pelo coração que pela razão. O coração praticamente governa o homem”.

Os argumentos psicológicos se separam em éticos e patéticos.

De um lado os argumentos éticos despertam sentimentos, ao passo que os patéticos despertam emoções e paixões.

Através dos argumentos éticos, o orador varia a própria imagem de acordo com a conveniência da causa e pela imagem de si, construída especialmente para uma plateia de ouvintes específica, ele revela seus costumes, seu caráter.

Não basta, contudo, ao orador cuidar da própria imagem, durante o discurso, apresentar-se ora humilde, ora austero, ora tranquilo, ora autoritário. O que realmente conta é a imagem do orador que deriva de toda a sua vida moral. Há uma profunda ligação entre a vida e o discurso, o discurso reflete a vida do orador. Sem uma vida honrada, o discurso não persuade (TRINGALI, 1988, p.76).

Já *pathos* em grego, divulga o patético tem por objetivo provocar as emoções. E tanto a oratória quanto o teatro inserem as paixões, que produzem o patético.

Em relação às paixões, comparam-se dois radicalismos:

A neutralização das paixões ou a exaltação das paixões. Entre estes extremos, na antiguidade, se introduz uma posição intermediária: moderação das paixões que se centralizam, sobretudo, no exórdio e na peroração, no princípio e fim do discurso, sobretudo, no fim (TRINGALI, 1988, p. 78).

Para persuadir o auditório convencendo-o, comovendo-o, agradando-o, não basta a posse da técnica oratória, convém conhecer as circunstâncias concretas, o contexto social do auditório. (...) Deve conhecer o homem não em abstrato, mas na sua condição existencial: a idade, a classe social (...).

O orador deve não apenas conhecer as paixões: o amor, o ódio (...), mas sua variação através das idades e das classes sociais (TRINGALI, 1988, p. 80).

2.2.3 Disposição

“A disposição do discurso consiste na distribuição das partes dentro do todo” (TRINGALI, 1988 p. 81). Organiza e estrutura os argumentos de modo racional e plausível, buscando uma sequência coerente e atrativa ao público que se dirige.

A disposição do discurso é de suma importância, uma vez que, este deve estar organizado de maneira a ser compreendido e, ao mesmo tempo, despertar o interesse da plateia ouvinte. Assim sendo, a constituição de um texto que fuja a linearidade da história ao adotar um padrão de escrita tumultuado, não linear, pode evocar um estranhamento ou até mesmo um corte na assimilação do ouvinte com o discurso. O posicionamento, assim como a força do argumento, é extremamente importante para o fim do orador, pelo que depende bastante da forma como é organizado.

Alguns profissionais conseguem esquivar-se da rotina, elaborando textos que escapam do padrão consagrado de organização abordado pelo nosso vernáculo oficial. Entretanto, os que conseguem resistir a este modelo acabam por aguçar seu estilo criando textos que marcam a sua personalidade e se destacam dos mais comuns.

No caso dos discursos objeto do presente estudo não se pode negar uma dose deste estilo próprio, que busca exatamente transmitir uma mensagem de Lula, por Lula.

Contudo, ainda assim, uma disposição clara e objetiva se faz “*mister*” a não dispersão do público ouvinte, pelo que, nem mesmo Lula pôde escapar desta importante etapa do discurso.

2.2.4 Elocução

Elocução tem sua origem do latim, “*elocutio*” significa: ato de falar, de se expressar.

Na terminologia da Retórica “indica preferência a ação de escrever o discurso, porque é regra escrever o discurso, decorá-lo e depois pronunciá-lo em público” (TRINGALI, 1988, p. 87). A Retórica repudia a improvisação. De acordo com Tringali (1988, p. 87), “só as memórias privilegiadas não precisam escrever. Os oradores mais experimentados tomam alguns apontamentos, mas não deixam de escrever o discurso depois de pronunciado”.

A elocução é o ato de se compor, de se escrever o discurso. E na invenção se refere do que se vai falar, na elocução é a composição, o estilo da fala que vai pesar no discurso.

A elocução não se limita a apenas escrever o discurso, mas o objetivo é a arte de redigir bem.

Requer-se do orador o domínio completo da língua, abrangendo a Gramática e a Estilística.

A questão fundamental da boa elocução habita, em saber-se qual a qualidade da elocução, quais vícios que devem ser evitados e quais as virtudes a ser adotadas. Podemos citar quatro virtudes da elocução com os vícios contrários subentendidos, a saber: correção, clareza, adequação e elegância.

A correção é uma virtude fundamental, primária. A incorreção chega a compromissar o resultado final. A linguagem do orador é rigorosamente policiada. Não se lhe desculpa barbarismo.

A nitidez tem a ver com a formação lógica do orador, só escreve com clareza quem pondera com lucidez. De outro lado a obscuridade é anti-retórica e termina por se assenhorear na própria crítica.

A adequação, a mais ampla das virtudes retóricas, busca se ajustar às circunstâncias do discurso: assunto, gênero, ouvinte. Um tema elevado reclama um estilo elevado. A adequação garante o equilíbrio de todas as qualidades da composição.

A elegância é considerada por Tringali (1988, p. 90) como:

A mais imperiosa qualidade da linguagem retórica. A tal ponto que falar retoricamente significa falar com elegância. Não basta que a linguagem seja correta, clara, adequada. Pela elegância a linguagem se torna artística, realiza-se a função poética da linguagem.

2.2.5 Memória

A memória merece especial atenção e pode também, ser considerada uma das etapas do discurso retórico.

Segundo Tringali (1988, p. 95) “o cultivo da memória sempre se ligou à Retórica. O exercício de decorar, com seus excessos, se considera como uma herança que a escola tradicional recebeu da Retórica”.

Em relação ao orador, vigora a regra que se deve, em primeiro lugar, estudar o assunto sobre o qual vai discorrer. A seguir, deve-se escrever uma prévia, um rascunho do discurso. O orador, depois de ler tudo o que foi escrito, deve corrigir

erros porventura existentes e somente a partir daí ensaiar a sua apresentação, evitando, com isto, ler o discurso, sob pena de sujeitar-se à zombaria do público.

Assim, é louvável toda uma pré-organização antes da escrita do discurso que será apresentado.

2.2.6 Ação e Pronúncia

Depois de todo o discurso elaborado e perfeitamente retido, segue-se sua última e definitiva fase: a ação.

A essência do discurso se finaliza na sua execução. O discurso se concretiza quando vem a público. A ação moderniza o discurso termina na medida que está sendo pronunciado.

2.3 ESTILOS DE RETÓRICA

O Estilo é o consenso percebido num discurso, é a reprodução persistente de uma característica, a adoção continuada do mesmo recurso para conjunturas semelhantes. É o estilo que se torna um discurso exclusivo.

Cícero⁴ é uma das poucas fontes críticas de textos do pensamento helenístico durante o período da Roma republicana. Ele atualiza a filosofia grega e, concomitantemente, reconhece a superioridade do direito romano. O espírito prático e guerreiro do povo romano afastava a filosofia, mas a emergência de novos problemas exigia reflexão. Nas disputas políticas e

⁴ MONTEAGUDO, Ricardo. **Filosofia e paradigma em Cícero**. Texto apresentado na XXV Jornada de Filosofia e Teoria das Ciências Humanas da UNESP- *História e historiografia da filosofia*, Marília, outubro de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732002000100004&script=sci_arttext. Acesso em 28.Out.2008, às 10h50min.

jurídicas, a retórica era um instrumento indispensável. O reaparecimento de estudos retóricos no século XX permitiu que alguns comentadores reconsiderassem a relação entre a retórica e a filosofia, propiciando algumas reflexões sobre o papel de Cícero na historiografia da filosofia.

Praticamente com Cícero, “a retórica reconhece três modalidades de estilos, levando-se em conta, principalmente a adequação da elocução: estilo simples, médio e sublime” (TRINGALI, 1988, p. 90). Num discurso prevalece um dos três. No mesmo discurso as partes podem ter estilos diferenciados.

O melhor estilo, ou seja, o mais eficaz tem que ser aquele que se adapta ao assunto que será abordado. Por conseguinte, ele será diferenciado de acordo com o tema a ser explicitado. Assim, o orador hábil deve adotar o estilo que convier ao seu assunto. Portanto, a primeira regra para adoção de um estilo é o da conveniência.

A segunda regra é a da clareza, noutras palavras, a adaptação do estilo ao auditório, pois a clareza é relativa, eis que o que é claro para um determinado público pode apresentar-se de forma totalmente obscura para outro.

Por fim, a terceira regra refere-se ao próprio orador, que deve apresentar-se com um indivíduo vivaz. Entretanto, para ser vivaz, é necessário analisar regras de estilos bem concisas, tais como: a escolha das palavras, seu ritmo e a brevidade, que constitui uma das maiores forças do discurso.

2.3.1 Estilo Simples

“Também chamado de chão, plano, humilde, comum; é o que mais se aproxima da linguagem corrente sem deixar de ser correto, claro, discretamente

elegante” (TRINGALI, 1988, p.90). Demonstra-se mais adequado quando a pretensão é de convencer.

2.3.2 Estilo Médio

“Também se diz temperado. Fica no meio caminho entre o simples e o sublime” (TRINGALI, 1988, p.91). Revela-se mais quando avulta o intuito de agradar.

2.3.3 Estilo Sublime

É o estilo solene, elevado. O estilo alcança o sublime quando, através de recursos estilísticos, exprime o patético. Ele deriva das paixões e se empenha em comover. Nada impede que um discurso inteiro seja sublime, mas seus lugares preferidos ocorrem no exórdio e na peroração (TRINGALI, 1988, p. 91).

Mostram-se mais os conhecimentos adquiridos aos longos anos de estudos, o objetivo é proferir bem o discurso, ou seja, com elegância.

2.4 O DISCURSO POLÍTICO

A política é o palco de confrontação de forças peculiares para a conquista e a gestão de um poder e o discurso político está relacionado à organização da vida social. Diz Charaudeau (2006, p. 43) que o discurso político: “é,

ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro”.

“A política depende da ação, a orienta e lhe dá sentido (..) nas relações de influência”, (CHARAUDEAU, 2006, p. 39).

Portanto, “A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 39). “O discurso político resulta de uma mistura sutil entre a palavra que deve fundar a política e a que deve gerir a política” (CHARAUDEAU, 2006, p. 45).

É, pois, o discurso político uma combinação do *logos*, *ethos* e *pathos*, mais sobre o *logos* que sobre os efeitos do *ethos* e do *pathos*, porque o jogo político se desenvolve mais sobre ideologias. Segundo Patrick Charaudeau (2006, p. 46): “o discurso político mostra mais sua encenação que a compreensão de seu propósito: os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade”.

“O auditório, no discurso político, vota a favor ou contra, decide sobre um fato futuro. É uma assembleia (senado, câmara) deliberativa. O orador aconselha ou desaconselha”, (TRINGALI, 1988 p. 56).

O discurso político busca o futuro. Não se faz política sobre o passado. Só se define sobre o futuro e sobre o possível, por isso, se diz que a política é uma ciência do provável. Ninguém delibera sobre o improvável.

“Os valores do discurso político são o útil e o nocivo, todo projeto político diligencia o bem comum e, em última instância, a felicidade individual” (TRINGALI, 1988, p. 56).

No sentido restrito, o discurso político finaliza numa votação.

Num sentido lato, consideramos político um texto que decide sobre uma perspectiva de um fato irá acontecer no futuro, que aconselha ou

desaconselha, do ponto de vista do útil e do nocivo e, depois do discurso ou discursos, o auditório vota uma decisão.

“Todo governo atual é em parte um governo da palavra e da imagem” (AUGE, apud CHARAUDEAU, 2006, p. 14). Desta maneira, os gestos e palavras utilizadas pelos políticos contribuem muito para que eles alcancem o sucesso ou o fracasso. A maneira como o discurso é composto, as palavras utilizadas, o modo como as imagens e palavras são conduzidas, ou seja, as estratégias de pronúncia podem influenciar de sobremaneira o auditório.

Segundo Charaudeau

A palavra política, na medida em que ela se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa a ver com as relações de poder que aí se instauram. (...) Linguagem e ação são dois componentes da troca social que têm uma autonomia própria e que, ao mesmo tempo, se encontram em uma relação de interdependência recíproca e não simétrica. Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um princípio de alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si). (...) Segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele. (...) Toda ação é finalizada em função de um objetivo e se estrutura em um espaço fechado irreversível, que faz com que o responsável, o agente, seja um decisor que deve se dar os meios de atingir os fins (CHARAUDEAU, 2006, p.16 e 17).

De fato, o orador tenta fazer o auditório assentir à sua ação, cujo único objetivo é persuadir para adquirir a adesão almejada.

O discurso político sofre algumas restrições, quanto aos seus dispositivos, identidades e legitimidades. A comunicação humana pode ser caracterizada como um teatro ou uma novela, nos quais os seres humanos representam as cenas, por meio de seus atos de linguagem, em que cada pessoa representa um papel, seja de improviso ou não.

Diremos algumas significações do discurso político, referentes aos dispositivos das situações de comunicação e de seus atores.

De acordo com Patrick Charaudeau:

O dispositivo é, portanto, aquilo que garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado. Ele desempenha o papel de fiador do contrato de comunicação ao registrar como é organizado e regulamentado o campo de enunciação de acordo com as normas de comportamento e com um conjunto de discursos potencialmente disponíveis aos quais os parceiros poderão se referir (CHARAUDEAU, 2006, p.54).

“Assim, em cada dispositivo, as instâncias se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais, por sua vez, definem sua finalidade comunicacional” (CHARAUDEAU, 2006, p. 55).

As instâncias são de suma importância na ação política, vez que:

A linguagem não está ausente do desenrolar da ação política, dependendo este espaço de um espaço de discussão. (...) Assim define as instâncias implicadas na ação política: “instância política, que é delegada e assume a realização da ação política; e a instância cidadã, que está na origem da escolha dos representantes do poder (CHARAUDEAU, 2006 p.18).

Portanto, a instância está em busca da sua legitimidade com seu auditório. Propõem programas voltados às causas sociais, criticam as ideias dos partidos adversários para reforçar sua posição e conclama o consenso social para adquirir o apoio dos cidadãos, utilizam-se diversas estratégias de manipulação e de sedução.

“A instância política encontra-se no lugar em que os atores têm um “poder de fazer” isto é, decisão e de ação e um “poder de fazer pensar,” ou seja de manipulação” (CHARAUDEAU, 2006, p.56). Instância política, por exemplo, o presidente foi eleito, através da vontade da cidadania.

A instância cidadã, por sua vez, são os representantes do poder escolhido pelo presidente. São os representantes que ditam a lei e sancionam-nas, dependendo da necessidade em que se encontra o Estado. “Definiremos, então, a instância cidadã como aquela que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 58). Portanto, são os ouvintes que buscam as informações sobre os candidatos para poder julgá-los, ou seja, em seus programas que lhes são propostos ou nas ações que lhes são impostas, com intuito de escolher o político ideal que será seu mandante.

Seria mais fácil considerar que o dispositivo identitário do político se constitui de duas instâncias, uma política e outra cidadã. Entretanto, convém distinguir os três lugares de produção do discurso político: da governança, da mediação e da opinião popular. “No primeiro desses lugares se encontra a instância política e seu duplo antagonista, a instância adversária; no segundo, encontra-se a instância cidadã e, no terceiro, a instância midiática” (CHARAUDEAU, 2006, p. 55).

A instância midiática localiza-se fora da governança. “É o elo que se vale de diferentes modos de mediação - panfletos, cartazes de rua, cartas confidenciais e grandes veículos de informação - para unir a instância política à cidadã” (CHARAUDEAU, 2006, p. 62). Parte-se do pressuposto essa instância corresponde à mídia. O objetivo é atingir a captação do maior número de ouvintes e leitores para ganhar a fidelidade de seu público.

2.4.1 A identidade social do sujeito político

Sobre a questão da legitimidade do sujeito político, temos que “o campo político é encenado de forma que os diversos atores representam as

comédias, os dramas ou as tragédias do poder mediante relações de legitimidade, de credibilidade e de cooptação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 64).

Segundo Charaudeau (2006, p. 65):

É na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade. Esta pode provir de diversas fontes e ter campos de aplicação diversos, pode também ser usurpada ou adquirida pela força (golpe de estado). A legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra uma autoridade de dizer.

E, ainda:

A legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um saber (ser reconhecido como sábio), em nome de um saber-fazer (ser reconhecido como especialista) (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

Assim, a legitimidade constitui-se num Estado no qual a soberania encontra-se revestida de uma poder supremo, representando uma verdade absoluta.

A legitimidade por filiação se funda sobre a ideia de que o sujeito deve ser “bem nascido”, de que ele obtém sua legitimidade como uma herança dita “natural”; (ele é o filho legítimo de...). Ele recebe o título, o poder e a responsabilidade de seu ascendente como um quinhão; depois, como bem supremo, porque ele é um “herdeiro” (CHARAUDEAU, 2006, p. 70-71).

A legitimidade por formação pressupõe que tal pessoa, obteve um prestígio a ocupar um cargo ou uma instituição de renome, o qual foi notado pela capacidade e competência.

A legitimidade por formação supõe que se tenha passado por institucional de prestígio (escolas de alto nível ou universidades de renome). Trata-se aqui de ser “bem formado”, pois competência e experiência dariam ao sujeito um poder de agir com discernimento (CHARAUDEAU, 2006, p.72).

Têm-se, ainda, a legitimidade por mandato. Segundo essa legitimidade:

É o povo que tem o direito de governar para seu próprio bem. É ele que se constitui ao mesmo tempo como doador e beneficiário de sua própria busca de felicidade, instaurando, assim, uma legitimidade fundada no igualitarismo e no direito dos indivíduos de construir um destino coletivo que se opõe a toda soberania autárquica (CHARAUDEAU, 2006, p. 73).

2.4.2 As estratégias do discurso político

Vejamos as estratégias do discurso político que postula o estabelecimento de um momento, nos quais os fatos e as verdades são, concomitantemente, consensuais ao dizeres de um político.

Sabemos que na democracia o povo vota em político mais em razão de sua imagem e pelo efeito de sentido do seu dizer do que em razão de seu programa de governo. Portanto, “na democracia, o poder de um político advém de uma delegação e esta tem um caráter sagrado”, (CHARAUDEAU, 2006, p.78) representa-se como um fiador do bem-estar social a fim de estabelecer um consentimento.

O político, deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra corresponde à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder, o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo (CHARAUDEAU, 2006 p. 79-80).

- A persuasão entre emoção e razão

Para persuadir um auditório universal convém distinguir a diferença da emoção com a razão: a razão pertenceria “ao puro raciocínio, fundar-se-ia sobre as faculdades intelectuais e estaria voltada para o estabelecimento da verdade”. E a emoção “pertenceria aos sentimentos (hoje em dia, diríamos ao afeto),” (CHARAUDEAU, 2006, p.81).

- As estratégias para orientações diversas

Efetivamente, as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações (CHARAUDEAU, 2006, p. 82).

- Todo político está na tentativa de constituir sua imagem
- O *ethos* como espelho da cidadania:

O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que deve atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros (CHARAUDEAU, 2006, p. 87).

Nesse sentido, o orador faz uma revisão dos preceitos necessários impingidos nas relações entre os indivíduos de uma dada sociedade e elabora seu plano de governo.

- Partimos para as condições de argumentação:

Para argumentar com eficácia, com perspectiva persuasiva, o orador elucida ou faz existir a verdade no seu pronunciamento, mostra-se a força da razão, orador apresenta-se ao cidadão deve crer ser verdadeiro, nesse caso, prevalece à verossimilhança. O intuito é remeter argumentos fortes para produzir um efeito de prova.

Falando sobre a argumentação, Charaudeau apresenta-se uma extensa tipologia de argumentos. Listando os mais recorrentes, ele cita, por exemplo, os argumentos pela força das crenças partilhadas, pelo peso das circunstâncias, pela vontade de agir, pelo risco, pela desqualificação do adversário e

aqueles relativos à imagem de si mesmo. Evocaremos os argumentos de prova que não podem ser empregados no discurso político.

Assim, temos os argumentos pelo risco de não fazer a escolha certa, o que pode assumir a forma de uma ameaça:

Se deixarmos passar a oportunidade de uma Europa unida, isso representará não somente seu enfraquecimento diante do poder dos Estados Unidos, mas também o de nosso país, ou de um dilema: “À esquerda ou a insegurança,” “À direita ou a exclusão”, “De Gaulle ou o caos” (CHARAUDEAU, 2006 p. 102-103).

O eleito tem que se manter um bom relacionamento e entendimento com outros países, para facilitar as negociações referentes ao processo de globalização econômica.

Os argumentos pela desqualificação do adversário centralizam-se pelo ataque direto ou indireto a ele: “Vossa Excelência não tem nenhuma moral. Há aqueles que recomendam a abstenção” (CHARAUDEAU, 2006 p. 103). Esse tipo de argumento de atacar o adversário poderá ocorrer de cair em contradição, portanto, não é aconselhável. Por exemplo, atacar um projeto, depois defendê-lo.

- A persuasão política entre a perversidade e o mentir verdadeiro:

A mentira inscreve-se, portanto, em uma relação entre locutor e interlocutor: o primeiro deve considerar o saber do segundo (ou representar para si o universo de pensamento deste) para proteger seu próprio saber. Não há mentira em si, na mesma medida em que não há mentiroso em si. Em uma relação não há mentira senão em função da aposta que recobre essa relação e do olhar daquele que pode detectar a mentira (...) Quando este fala em uma cena pública, tomando por alvo um auditório, e estando investido de determinado cargo, a mentira tem efeito de voltar-se contra ele, imputando-lhe certa responsabilidade. Há diversas formas de mentira: pode-se mentir pelo silêncio, pela omissão, pela dissimulação, pela fabulação ou pelo blefe, como no jogo (CHARAUDEAU, 2006, p. 105).

Pronunciar uma promessa e parecer não dizer a verdade ou parecer ser impossível. No entanto, pressupõe que todo político em campanha eleitoral ou dirigir-se a eleitores a quem propõe um projeto, deverá honrar seus compromissos, ou senão poderá enfraquecer-se.

Têm-se, ainda, a estratégia da imprecisão que “consiste em fazer declarações suficientemente gerais, sutis e, às vezes, ambíguas, para que seja difícil surpreendê-lo em erro ou recriminá-lo por ter mentido conscientemente” (CHARAUDEAU, 2006, p. 106).

Em seguida, a estratégia do silêncio que salienta a “ausência de declarações: entregam-se armas a um país estrangeiro, colocam-se grampos em um ministério, faz-se o barco de uma associação ecológica ir a pique, mas nada é dito nem anunciado” (CHARAUDEAU, 2006, p. 107). Portanto, toda a ação poderá ser mantida em segredo, efetivamente para evitar reações violentas do que é julgado necessário para o bem da população.

Enfim, a estratégia de negação refere-se ao político quando flagrado em negócios ilícitos, nega seu envolvimento ou a de um de seus integrantes. “Na hipótese de ele ter alguma responsabilidade nesses negócios, negar equivale a mentir, produzindo o que se chama falso testemunho” (CHARAUDEAU, 2006 p. 108). Quando acontece um escândalo na gestão do governo, o próprio responsável negar seu envolvimento.

Vamos relatar a constituição do *ethos* como estratégia do discurso político.

Aristóteles:

Propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: o *logos*, de um lado, que pertence ao domínio da razão e torna possível convencer; o *ethos* e o *pathos*, de outro, que pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar (...). Entretanto, se o

pathos é voltado para o auditório, o *ethos* é voltado para o orador (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

E é assim que Aristóteles apresenta o *ethos*, segundo Charaudeau, três formas principais, cujo conjunto constitui a autoridade pessoal do orador: a *phronésis* – o *ethos* da ponderação, sabedoria, racionalidade (centra-se no *logos*); o *ethos* do tipo *areté* - a ostentação de uma franqueza que não teme as suas consequências, o *ethos* do destemido, do homem simples e sincero; e o *ethos* da *eunóia* o *ethos* do populista, daquele que deseja apresentar uma imagem agradável de si, o *ethos* da simpatia, de que trata de não chocar, não provocar, mas de entrar em cumplicidade complacente com o auditório (identifica-se com o *pathos*).

Nos estudos de Perelman demonstram as categorias, que revelam a noção de *ethos* que foi retomada e redefinida por certos pesquisadores da análise do discurso.

Em relação ao primeiro ponto, depara-se com duas posições: o *ethos* construído ou pré-construído, sendo, pois, dois os aspectos fundamentais que devem ser considerados ao se tratar do *ethos*:

Enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso - o que ele sabe a priori do locutor - e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2006, p. 115).

Assim, encontramos o *ethos* e imaginário social que:

É preciso lembrar que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais: o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos”. (...) Assim, encontra-

se resolvido o segundo ponto levantado anteriormente, concernente ao *ethos* coletivo. Na medida em que o *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto de indivíduos quanto a grupos. Em último caso, os grupos julgam os outros grupos com base em traço de sua identidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 117).

No ponto de vista de Jean – Marie Le Pen, citados por Charaudeau:

Constrói seu *ethos* tanto por seu corpo maciço, seu comportamento físico, sua voz de orador tonitruante, suas aparições espetaculares, suas propostas que interpelam, invectiva, injuriam o adversário, quanto por suas ideias cujo conteúdo é conforme a imagem de poder que ele quer se dar. É preciso que este seja, ao mesmo tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa. Crível porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer; suporte de identificação porque para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa (CHARAUDEAU, 2006, p. 118).

Nessa mesma categoria se agrupam as figuras identitárias do discurso político: O *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. Os primeiros são fundados em um discurso da razão:

Para ser crível é preciso [...]; os segundos, em um discurso do afeto, “Aí está o chefe!” (...) A credibilidade é o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito (CHARAUDEAU, 2006 p. 118/119).

Neste mesmo quesito encontra-se o *ethos* de sério:

É construído com ajuda de diversos índices. Índices corporais e mímicos: certa rigidez na postura do corpo, uma expressão raramente sorridente na face. Índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se entregar a acessos de cólera nem mostrar que esta é contida (na verdade, calculada) com objetivos táticos; índices que demonstram grande energia e capacidade de trabalho, onipresença em todas as linhas de frente da vida política e social, particularmente junto àqueles que sofrem (CHARAUDEAU, 2006, p. 120).

O *ethos* de virtude refere-se às imagens virtuosas de fidelidade de um homem corajoso, honesto. Essa imagem instala à retidão e à sinceridade, tanto na vida pública quanto na vida pessoal, ou seja, deve-se ter uma vida transparente. Logo em seguida, temos o *ethos* de competência, o qual exige do orador um conhecimento profundo da atividade que exerce, demonstrando que possui meios, poder e experiência necessária para realizar perfeitamente seus propósitos, obtendo resultados positivos.

O *ethé* de identificação:

É resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser. Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência (CHARAUDEAU, 2006, p. 137).

Essa imagem é determinada a mostrar-se, ao mesmo tempo, tradicional, moderno, sincero, sagaz, poderoso e ao mesmo tempo modesto.

No caso, do *ethos* de potência:

É visto como uma energia física que emerge das profundezas terrestres, anima e impulsiona os corpos na ação. Ele nos remete à imagem de uma força da natureza, força telúrica contra a qual não se pode grande coisa. Esse imaginário não deve ser confundido com o do poder; este resulta de uma ação coordenada que tem por finalidade a organização da vida coletiva: "O poder jamais é um atributo individual; ele pertence a um grupo e continua a pertencer-lhe durante todo o tempo em que este grupo não for dividido", enquanto a autoridade é relativa ao indivíduo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 138).

O *ethos* mostra o homem mais pela sua determinação em agir, ele não é apenas um ser de palavras, mas de ação. Mostra-se que é ativo, que tem conhecimento, e, é capaz de exercer bem sua função presente em todas as frentes.

O *ethos* de caráter se refere mais à força do espírito do que a do corpo, como quando se diz que alguém “tem caráter”. Já o *ethos* de “inteligência” integra o *ethé* de identificação, tendente a provocar a admiração e o respeito dos demais indivíduos por aquele que demonstra possuí-lo. E, assim, encontra-se o *ethos* da humanidade:

O “ser humano” é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos: “Para ser um homem público, não é preciso ser menos homem” (CHARAUDEAU, 2006, P.148).

Na mesma categoria, temos o *ethos* de chefe, que se traduz numa construção de si para que o outro incorpore. “No domínio político, e em um regime democrático, essa relação do um ao outro é marcada pela reciprocidade entre instância política e instância cidadã: o político deve sua posição ao povo e a ele deve prestar contas” (CHARAUDEAU, 2006, p.153). Portanto, o *ethos* de chefe é mais voltado à imagem de um ser moral, correto e sincero. Por exemplo, a (honestidade) a figura do (guia supremo) é necessário para a permanência de um determinado grupo social.

Por fim, temos o *ethos* de solidariedade:

Que faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que partilha e se torna responsável por elas. (...) no domínio político, a figura da solidariedade se constrói em uma relação de reciprocidade entre atos e declarações. Pode-se ser solidário de maneira silenciosa, ao associar-se a manifestações (CHARAUDEAU, 2006, p. 163).

2.4.3 Os procedimentos expressivos

Trata-se aqui de caracterizar a fala em sua forma oral. Todo orador tem uma maneira de expressar, conduzir sua fala que são baseadas em características próprias, pois cada um fala de acordo com o auditório, a que se dirige, seja, docentes, doutores, camponeses, juristas etc.

No entanto, é, sobretudo na percepção global ou empírica das características desses componentes que se apoia o sentimento popular para fazer (com erro ou acerto) esses julgamentos. É nesse sentimento popular que nós próprios nos apoiaremos para categorizar a vocalidade dos políticos, distinguindo: o “bem falar”, o “falar forte”, o “falar tranquilo”, o “falar regional” (CHARAUDEAU, 2006, p. 169).

O primeiro procedimento expressivo relata-se o “bem falar” resulta de uma ideia que possui um grupo literário sobre o que deveria ser um modo de falar com elegância, com cultura, com estilo. “São tantos qualificativos que, longe de se referirem a um falar padrão, acabam por designar, ao mesmo tempo, as qualidades do orador e sua posição elevada na hierarquia social” (CHARAUDEAU, 2006, p.169). O efeito caracteriza como positivo. Por outro lado, poderá ser caracterizado como um burguês depende da classe social a que se remete a fala, nesse caso, o efeito será negativo.

No segundo procedimento, revela-se o “falar forte” que evoca um imaginário de “potência”.

O orador deve, evidentemente, apresentar um físico considerável, um porte e certa corpulência capazes de demonstrar força (...) uma gestualidade ampla e enérgica, assim como certa encenação do desempenho oratório (palanque, decoração, multidão etc), tais como as que se podem ver nas imagens de certos comícios. (CHARAUDEAU, 2006, p.171).

Isso mostra um *ethos* de um político corajoso, poderoso e combatível.

No terceiro procedimento enfoca-se o falar tranquilo, pois é essa tonalidade vocal que permite construir uma figura paternal. Esse expressar tranquilo

remete à ideia de que o orador é capaz de controlar seus impulsos primários, revelando-se, assim, capaz de se encarregar dos problemas do mundo. Portanto, percebe-se que o falar tranquilo faz uma aproximação familiar, uma simplicidade natural, acalma e restitui no outro uma pacificidade.

Enfim, o quarto procedimento ressalta:

“O falar regional” pode ser igualmente citado como procedimento expressivo, apesar de não poder ser fabricado voluntariamente (exceto pelos humoristas). É, provavelmente, por essa razão, portador de uma marca de autenticidade. Ao mesmo tempo em que revela o torrão natal ao qual pertence o orador, estabelece uma relação de proximidade com aqueles que participam dessa mesma origem (CHARAUDEAU, 2006, p. 173).

O sotaque regional poderá consolidar com o discurso político, principalmente, para estabelecer uma relação de proximidade do orador com o auditório, isto é, se o auditório pertencer dessa mesma origem.

2.5 PERSUADIR E CONVENCER

Apesar da aparente semelhança de significados, persuadir e convencer se apresentam importantes distinções ao tema em debate. Leciona Perelman: “Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer; (...) mas para quem está preocupado apenas com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir” (PERELMAN, 2005, p. 30).

Por conseguinte, temos que persuadir e convencer exige do orador uma técnica argumentativa que deve se impor a todos os auditórios, indiferentemente, noutras palavras, persuadir é uma argumentação válida para um

auditório particular; e convincente é aquela que presume a adesão de todo ser humano.

Os autores consideram que os termos convencer e persuadir se assemelham em traços às distinções antigas e de compreensão popular, tal como cita Claparède: “(...) foi a pedido da Sra. Antipoff, que me persuadiu (mas não me convenceu) de que havia interesse de publicar as pesquisas” (PERELMAN, 2005, p. 33).

As diferenças entre persuasão e convicção, esclarecem, ainda que indiretamente, o vínculo que se costuma estabelecer entre a persuasão e a ação, e a convicção e a inteligência. Por conseguinte, o caráter intemporal de determinado auditório explica que o argumento que lhe é privado não constitui apelo a uma ação imediata.

Assim, baseada nas peculiaridades de cada auditório ao qual se elucida o orador, percebe-se a diferença entre convicção e persuasão tal como ela é, qual seja, a sentida pelo próprio ouvinte.

2.6 FIGURAS DE ESTILO E ARGUMENTAÇÃO

Tringali conceitua as figuras como:

Modificações da linguagem seja da palavra, seja da frase e tanto no nível da expressão, como do conteúdo, ou acrescentando alguma coisa (levantar - alevantar), ou subtraindo (ainda - inda), ou repetindo (Deus, Deus), ou permutando (da vida pela estrada), tendo como objetivo obter efeito artístico, em outros termos, obter o efeito poético ou retórico ou estilístico da linguagem (TRINGALI, 1988, p.121).

E, completa:

As figuras são artifícios da linguagem, como dizem os formalistas russos, que, quando belas, originais, não automatizadas, causam efeito de “estranhamento” ou “maravilham”, como dizem os barrocos. (...) Considera-se a figura como um desvio de uma norma, de um modo normal e comum de dizer (TRINGALI, 1988, p. 122).

Ou seja, as figuras organizam uma forma de ornamento do discurso, para adquirir um efeito especial de significação.

Este sentido é herdado da retórica latina (figura, figurae), pois na tradição grega as figuras chamam-se schemata (“posturas”), ou expressões, comunicativas que diferem de ornamento da expressão por força da mudança do significado das palavras. Desde a retórica clássica aos modernos manuais de estilo, a noção de figura de estilo embarça-se ou inclui outras denominações próximas como figura de pensamento ou tropo, figura de linguagem, figura de retórica, figura de construção, figura de sintaxe, figura de dicção, figura de expressão, etc.

Neste ponto, reunir-se-ão sob a denominação de figura de estilo todas as formas de expressão alinhada do discurso, entendendo-se por expressão alinhada também na expressão verbal atinada com o fim de produzir um efeito especial de adorno, elegância ou simples ênfase.

Dentro da denominação geral das figuras de estilo, podemos diferenciá-las daquelas figuras que advêm sobre a pronúncia das palavras, chamadas figuras de dicção (apócope, síncope, sinalefa, hiato, aliteração, onomatopéia, etc.); aquelas que sucedem sobre a morfossintaxe, chamadas figuras de construção, que danificam a ordem das palavras no discurso (elipse, zeugma, anáfora, pleonasma, anástrofe, paralelismo, etc.) e aquelas que ocorrem sobre uma invenção especial, chamadas figuras de pensamento ou tropos.

O uso das figuras de estilo não está circunscrito aos textos literários: usamo-las na linguagem natural do cotidiano, na publicidade, na comunicação social, na política, no desporto etc. Devido ao efeito especial produzido no discurso,

que o afasta da norma, o ouvinte / leitor / interlocutor têm mais probabilidade de usar a figura de estilo é para enfatizar a mensagem que se quer transmitir com o intento de se comover. A combinação de várias figuras de estilo no mesmo discurso pode cooperar não só para a sua origem como para o reforço da sua eficácia como discurso utilitário ou não, literário ou não. Contudo, não se pode esquecer que, em muitas épocas, a excessiva prejudicação do discurso levou a exageros de linguagem que dificilmente encantam o público. Lembramos as experiências retóricas dos poetas barrocos, por exemplo, cuja postura literária os induzia a acumular um grande número de figuras de estilo para provocar um efeito de sentido adorno do discurso, o que explanaria não só a sua erudição como o respeito pelo gosto da época.

Assevera-se, por oportuno, que uma das maiores, e mais antigas referências literárias para a ilustração de figuras de estilo é a Bíblia, onde prevalecem as metáforas, as comparações, as personificações, as hipérboles, as antíteses e as alegorias.

As idiossincrasias culturais também entusiasma na escolha do repertório retórico num discurso, por exemplo, a literatura oriental não é distinta figura ao serviço da sátira de costumes ou da simples crítica pessoal ou social, selecionando uma maior coerência do discurso, se comparar esta postura com as literaturas ocidentais, que sempre questionam as formas admissíveis de adorno do discurso, sem muitas vezes atender as normas de ontologia, bom senso, ou bons costumes.

De outro lado, bem ao contrário, desde sempre as culturas ocidentais apelaram às figuras de estilo para reforçar um argumento, de uma crítica ou de uma oração política de forma aderir atenção do público. A ironia, por exemplo, tem, neste

caso, um valor e uma prática natural que difere nas literaturas ocidentais, por obstinação às literaturas orientais e africanas.

3 BIOGRAFIA OFICIAL DO PRESIDENTE LULA⁵

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Casado com Marisa Letícia, desde 1974, tem cinco filhos. Lula, por sua vez, é o sétimo dos oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. Em dezembro de 1952, a família de Lula migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão "pau de arara". Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá.

Foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias. Em 1956, a família mudou-se para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro de Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e Office-boy.

Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O curso durou 3 anos e Lula tornou-se metalúrgico.

A crise após o golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego, passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, localizada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Trabalhando na Villares, Lula começou a ter contato com o movimento

⁵ Extraída do site oficial da Presidência da República. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/presidente/>. Acesso em 29.out.2008, às 17h40min.

sindical, por intermédio de seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido por Frei Chico.

Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito suplente. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92 por cento dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores.

Lula deu então uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em 78, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país às primeiras paralisações. Em março de 79, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fez com que Lula pensasse pela primeira vez em criar um Partido dos Trabalhadores.

O Brasil atravessava, então, um processo de abertura política lenta e gradual comandada pelos militares ainda no poder. Em 10 de fevereiro de 1980, Lula fundou o PT, juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como lideranças rurais e religiosas. Em 1980, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram 31 dias de prisão.

Em 1982 o PT já estava implantado em quase todo o território nacional. Lula liderou a organização do partido e disputou naquele ano o Governo de São Paulo. Em agosto de 83, participou da fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Em 84 participou, como uma das principais lideranças, da campanha

das "diretas-já" para a Presidência da República. Em 1986, foi eleito o deputado federal mais votado do país, para a Assembleia Constituinte.

O PT lançou Lula para disputar a Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa, no segundo turno, por pequena diferença de votos, mas dois anos depois liderou uma mobilização nacional contra a corrupção que acabou no "impeachment" do presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998, Lula voltou a se candidatar a presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

Desde 1992, Lula atua como conselheiro do Instituto Cidadania, uma organização não-governamental criada após a experiência do Governo Paralelo, voltado para estudos, pesquisas, debates, publicações e principalmente formulação de propostas de políticas públicas nacionais, bem como de campanhas de mobilização da sociedade civil rumo à conquista dos direitos de cidadania para todo o povo brasileiro.

Na última semana de junho de 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tem com a grande maioria do povo brasileiro. O candidato a vice-presidente na chapa era o senador José Alencar, do PL de Minas Gerais.

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República Federativa do Brasil.

Em 29 de outubro de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva se reelege Presidente da República com mais de 58 milhões de votos (60, 83% dos votos válidos) vencendo em segundo turno o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin.

3.1 O CORPUS

O tema escolhido para compor o corpus deste trabalho provocou interesse devido ao fato de Luiz Inácio Lula da Silva ser uma figura de destaque na nossa política nacional, especialmente em face de seu trajeto *sui generis* até a rampa do Palácio do Planalto.

Sua história difere de outros Presidentes da República pátria. Nascido pobre, no interior do Nordeste, com reduzida perspectiva de alcançar a fama e o poder, Lula é um brasileiro que venceu todas as inúmeras dificuldades surgidas durante a sua infância, adolescência e fase adulta.

Passou-se por privações imensuráveis, enfrentou derrotas desanimadoras, mas foi perseverante e determinado para alcançar seu ideal: a Presidência da República do Brasil.

Dessa forma, vimos como material de estudo, as análises de dois discursos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva: da posse do dia 1º de janeiro de 2003 (ANEXO 1) e da posse do dia 03 de janeiro de 2007 (ANEXO 2).

Ao discursar, o presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, faz com que seu público interprete, interaja, e crê em seus dizeres. E assim, nos dois discursos de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conquista a adesão quase que maciça da nação brasileira.

3.2 A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LULA EM 2003

3.2.1 O Poder de Persuasão do Discurso do Presidente Lula

Diante de um auditório constituído essencialmente por brasileiros, o orador Lula, depois de amargar constantes derrotas à Presidência da República, chegava, em janeiro de dois mil e três, ao mais alto posto da nação. O discurso de posse, documento oficial de intenções do novo presidente, deveria, por sua natureza, constituir-se numa alocução persuasiva, capaz de emocionar e angariar credibilidade para as ações proferidas durante a campanha.

3.2.2 O Contexto

Ainda que eleito, o novo presidente não conquistara boa parte do eleitorado do país, agora sob sua tutela presidencial. Contrariamente ao que ocorrera nas eleições anteriores, em que a população apresentava um descontentamento generalizado com o governo Collor, neste pleito havia muitos eleitores temerosos de que Lula, com suas ideias radicais, ainda que amenizado por estratégias de marketing, pudesse subverter e relativa estabilidade vivida na nação como resultado da diplomacia governamental de seu antecessor.

Temido por muitos por defender com veemência os interesses dos trabalhadores e por mostrar-se um radical sindicalista em toda sua trajetória, o discurso de posse era ansiosamente esperado. A retórica presidencial precisaria atingir o auditório de modo a infundir tranquilidade sobre a manutenção dos valores democráticos, demonstrarem competência e determinação de propósitos e ressaltar a palavra eficácia, característica primeira da retórica, como uma prova indiscutível da

capacidade de gerir os problemas do país, sem desmontar, com atitudes radicais, o que já havia sido construído por governantes passados.

O PT, partido do presidente, já gastara cinco milhões de reais (que, como se soube depois, pode ter chegado a 15) para contar com os serviços de Duda Mendonça, o mais expressivo “marqueteiro” do país, que sugerira José de Alencar para a vice-presidência, e iniciava a conquista de um *ethos* diferenciado para Luiz Inácio Lula da Silva, pois, como bem observa Felipe Miguel, Lula e Alencar, juntos: “Encarnariam a união entre capital e trabalho, além de representarem dois vencedores”, meninos pobres que triunfaram por seus próprios méritos, um na política, outro nos negócios” (FELIPE MIGUEL, 2006, p. 36).

Mendonça tinha plena convicção de que a imagem do novo presidente precisava ser construída por meio de uma abordagem mais pragmática, com a suavização de aspectos radicais do discurso empregado em eleições anteriores em que Lula saíra derrotado. Essa moderação forjada pelo discurso da campanha ainda causava certo desconforto na população mais esclarecida e mais abastada, a despeito das alianças — oitenta e sete ao todo — feitas justamente para incutir no povo brasileiro a ideia de um partido dos trabalhadores mais moderno e menos radical. Desse modo, o presidente precisava, em movimento intencional e retórico, valer-se da palavra num ato que ultrapassasse os limites textuais do informar para, sim e, sobretudo, persuadir boa parte da nação.

3.2.3 A Influência da Retórica

Para ter sucesso, os redatores do discurso presidencial precisariam compreender o discurso como um plano de ação voltado aos interesses do auditório,

naturalmente temeroso e dividido. Mais do que uma representação do mundo e uma profissão de desempenho seguro, o “dizer” precisava corporificar-se como um elemento constitutivo do próprio orador e da história que o projetou.

Centrar-se no *ethos* já constituído do presidente como um cidadão digno e honesto era uma vantagem significativa no plano retórico, uma vez que o presidente, ao longo dos anos, construía sua imagem sob os alicerces da honestidade, retidão de princípios, projetando uma imagem de si muito sólida.

Assim, apesar de o *ethos* demonstrar a imagem do caráter do orador, entre a fama positiva (*areté*) de homem simples, honesto havia toda a tradição de um partido, denominado dos trabalhadores, pela a situação exigia um potente movimento argumentativo.

3.2.4 Um Ato Retórico

Optamos, aqui, por uma análise que privilegie o discurso escrito, mas a eloquência oratória do presidente foi enfaticamente levada em conta.

No discurso de posse, o presidente teceu uma revisão dos problemas sociais da nação brasileira e estabeleceu-se medidas voltadas a classe menos favorecida. Procurou, também, mostrar-se conhecedor profundo das desigualdades sociais do país e revelou sua atenção às essas diferenças entre as classes sociais constituiria estratégia fundamental no plano de governo. Os apelos emocionais, funcionando como provas patéticas no discurso, se fizeram presentes em muitos instantes. O exemplo a seguir é claro: com o intuito de mostrar-se indignado com as desigualdades sociais, o presidente disse enfaticamente: “enquanto houver um irmão brasileiro, ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra

para nos cobrir de vergonha” (REVISTA ISTO É, 2003 p. 29). Reiterou mais adiante que aquele era o primeiro dia de combate à fome no Brasil, como se nenhum governo anterior tivesse feito qualquer esforço para resolver um problema tão grave da nação brasileira. A hipérbole contida nessa frase buscava revelar a meta prioritária do governo que se iniciava pelo que o presidente Lula enfatiza a fome, de forma nitidamente exagerada. Unindo retórica e oratória, o presidente percebia o efeito imediato de suas palavras no auditório: as palmas interromperam o presidente por trinta e uma vezes durante o pronunciamento e ocorriam cada vez que o presidente dava um sinal mais eloquente de realismo e solidez.

O discurso, elaborado retoricamente, enfatizava as preocupações do homem-presidente: aquele que demonstra uma revolta contra as desigualdades sociais, produto das marcas trazidas da infância proletária que vivenciara no passado. A imagem construída pretendia comover pelo uso da hipotipose, que, nas palavras de Reboul (REBOUL, 2004, p. 249), “consiste em descrever um acontecimento de modo tão vivo que o auditório acredita tê-lo diante dos olhos”. A hipotipose se configurou ainda mais plenamente quando o orador, eloquentemente, revelou: “enquanto houver um irmão brasileiro e irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrir de vergonha”. É sensível o esforço para estabelecer comunhão com o auditório: todos os brasileiros são “irmãos” do presidente e o próprio presidente, como brasileiro, inclui-se entre todos, como apenas mais um, ao dizer “nos cobrir de vergonha”.

O *ethos*, que gradativamente se consolidava no discurso foi ainda retoricamente emoldurado: o presidente mostrou-se indignado com a corrupção: “Ser honesto é mais do que não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos” (ISTO É, 2003, p. 29-30). O *ethos*, agora, se projetava

pela demonstração de uma consciência ética universal, de um caráter idôneo e de moral exemplar, partes essenciais de um ser humano íntegro, confiável. O discurso trazia, também, referências intertextuais relativas ao comportamento de um célebre político brasileiro que conquistara várias eleições com um slogan informal, tácito, que corria na boca do povo brasileiro: “Fulano rouba, mas faz”.

O discurso, como se nota, usou e abusou de termos amplificadores que são as figuras de linguagem:

Vamos mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio de diálogo e negociação, **sem atropelos ou precipitações**, para que resultado seja consistente e duradouro (REVISTA VEJA, 2003, p.29).

Percebe-se que o presidente ao enfatizar uma mudança de longo prazo, constrói um perfil de um homem consciente e responsável e conquista mais um elemento para a formação de seu *ethos* ao provocar um *pathos* de confiança, esperança, uma perspectiva de melhora e de crescimento do país. A ideia de mudança se introduz e incorpora no ouvinte valores desejáveis e preferíveis: tolerância e solidariedade. A figura de presença “sem atropelos ou precipitações”, reiterada, constitui-se em uma hipérbole com evidente intento de ampliar positivamente, as próprias qualidades do orador. A hipérbole, por sua vez, condensa argumento de direção: o país tem agora, um rumo a ser seguido.

Em ritmo pausado e tom comedido, Lula afirmou que o Brasil estava ingressado em um novo período histórico: “Hoje é dia do reencontro do Brasil consigo mesmo” (REVISTA ISTO É, 2003, p.29). O apelo retórico é muito eficaz: deixa o *ethos* em segundo plano para provocar o *pathos*.

Consolidado o ato de enfatizar o *ethos*, o discurso, que pretende provocar paixões, recitava-se, agora mais objetivamente, numa crítica ao modelo de Fernando Henrique:

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades (...), a sociedade brasileira escolheu mudar (REVISTA ISTO É, 2003, p.29).

Ao desmerecer, no plano argumentativo, os feitos do antecessor, o presidente deixou clara sua rejeição tanto do plano institucional quanto no econômico, à maneira que FHC conduzira o país. Valeu-se, pois, de um argumento “*ad personam*”, ou seja, “com um ataque contra a pessoa do adversário, que visa, essencialmente, a desqualificá-lo” (PERELMAN, 2005, p.126). Desse modo, presidente, novamente, ressaltou seu próprio *ethos*: o de um ser sábio, competente, que conhece o país e suas necessidades. O lugar comum da sinceridade é retoricamente construído para provocar *pathos*: confiança no auditório. Busca, então, amplo efeito persuasivo nos cidadãos menos favorecidos, justamente a maioria do auditório particular a que se dirige. Provocou, ademais, um reforço do *ethos*: o presidente é um cidadão que tem amor ao seu povo.

O acordo se dá pela utilização do argumento pelo sacrifício, ao ressaltar-se “a fome, o desemprego, a indiferença perante o próximo, a desintegração das famílias e das comunidades”.

O discurso não se esquivava de tocar em pontos éticos e, portanto, universais ao criar apelos persuasivos ligados à solidariedade. Valeu-se, a seguir, de bom efeito retórico para angariar aliados no plano argumentativo: ao sinalizar um enfretamento com a nação mais poderosa do planeta, os Estados Unidos.

Referindo-se à guerra do oriente médio sintetizou: “O presidente encampou uma solução pacífica e negociada para a guerra iminente no Oriente Médio” (REVISTA ISTO É, 2003, p.29).

Evidentemente, o trecho quer demonstrar a coragem que se espera do presidente para defender a nação em pontos delicados da política externa. No cenário que se configurou no momento da elocução, o público mostrou-se favorável à ideia e aplaudiu o presidente.

O efeito retórico pretendido, então, estava consolidado. E demonstrado imediatamente um *pathos* positivo que, ao seu modo, ressaltava o *ethos* corajoso do retor. Ao lado da coragem, a ponderação ao mostrar desejo de uma solução pacífica e negociada para a guerra iminente no Oriente Médio.

Ao julgar o *ethos* perfeitamente delineado e assegurado pelas provas retóricas, o discurso envereda para a realização de tarefas quase impossíveis, mas, verossímeis pela constituição do discurso que se pronunciou até aqui:

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar a reforma que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária (REVISTA VEJA, 2003, p. 29/30).

Lula instaura o *ethos* de homem simples, batalhador e corajoso e busca, pelo exemplo, mostrar-se autêntico:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei com toda clareza e com toda convicção, que nós podemos **muito mais** (REVISTA VEJA, 2003, p.23).

Com essa fala, conclamou as paixões do auditório. Uma vibrante manifestação popular o saudou, cantou, gritou em resposta à frase extremamente bem construída. Percebe-se que o intuito do presidente é provocar as paixões e as emoções no auditório pelo uso do argumento de prestígio, o qual, nas palavras de Perelman, encontra-se: “mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (PERELMAN, 2005, P.348).

Salientou, ainda, seu apoio à política agrária ao revelar “o **nosso vigoroso** apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio” (REVISTA VEJA, 2003, p.30). Buscava adeptos, a cumplicidade e a confiança da massa brasileira.

Com a faixa cruzando o peito, Lula sentiu o peso do cargo e expôs seu discurso assim:

Trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais (REVISTA VEJA, 2003, p.7).

Pretendia, com tal discurso, demonstrar a forma que iria conduzir seu mandato: baseado em princípios básicos de política econômica. Esse era um pronunciamento esperado. Com isso, provoca *pathos* ligado à segurança, esperança, desenvolvimento e crescimento do país. O medo é veementemente rechaçado pela força do *ethos* corajoso, ponderado e confiante do novo presidente.

Sintetizou, depois, numa frase, a esperança quase mítica da qual ele era o depositário, ao fundir-se no corpo do homem brasileiro, ao integrar-se aos sonhos há tanto esperados. Baluarte da esperança e produto da história, o *ethos* se torna altivo e determinado: “Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o

resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram” (REVISTA ISTO É, 2003, p.32).

Transmite, dessa forma, um tom decisivo e repleto de superioridade com o claro intuito de reforçar a comunhão do orador com o auditório. Em seguida, destaca a qualidade da franqueza e conclama valores seculares do homem brasileiro: respeito irrepreensível à família:

Quando eu não puder fazer alguma coisa, não terei nenhuma dúvida de ser honesto e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não há condições. Tratarei vocês com o mesmo respeito com que trato os meus filhos e meus netos (REVISTA ISTO É, 2003, p. 32).

O *ethos* do pai sincero e humilde prevalece no discurso. Para pais tão virtuosos, o resultado é passional: amor profundo, de respeito e carinho.

Ao finalizar o discurso de posse, ainda na esteira da humildade, pediu a ajuda de todos para governar: “A responsabilidade não é apenas minha, é nossa, do povo brasileiro que me colocou aqui” (REVISTA ISTO É, 2003 p.32). Convidativo e simples reforça a ideia de união, de cumplicidade com o auditório.

Diante do exposto percebe-se que o presidente recorreu a muitos artifícios persuasivos em seu discurso, na tentativa de transmitir tranquilidade, paciência, tolerância no seu auditório. Revelou-se um ser capaz de “mudar”, conservando o já construído, o rumo do país e, no intuito de demonstrar-se competente e consciente, enfatizou seu *ethos* de homem corajoso, persistente, íntegro, solidário e atualizado. Ao assegurar a ideia de sucesso administrativo, buscou perfeito “acordo” com seu auditório.

Além disso, o presidente revelou-se compromissado e consciente de todos os problemas impingidos ao povo brasileiro em sua dura realidade social.

O tom do discurso do presidente procurou ressaltar o *ethos* de um estadista, um ser capaz de desvelar, pelo ato retórico, a assertividade como meta, a superioridade como verdade, a coragem como princípio.

Inúmeras estratégias argumentativas contribuíram para a conquista da persuasão, mas a tônica do discurso centrou-se em dois movimentos discursivos paralelos e estratégicos: a busca incansável do acordo com o auditório e a construção simultânea de um *ethos* de paladino quase mítico, revestido de coragem, segurança e muita, muita humanidade.

3.3 A CONSTITUIÇÃO RETÓRICA DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LULA EM 2007

Mais uma vez diante de um auditório constituído, sobretudo por brasileiros, o orador, vencedor, com votos expressivos numericamente, de uma campanha política, mas enfraquecido pelas constantes denúncias de improbidade atribuídas os seus assessores diretos, Luiz Inácio precisava de fortes argumentos para ganhar adeptos entre aqueles que não deram seu voto para sua manutenção como presidente. Nesse sentido, a constituição do *ethos* ganha vigor, pois, simultaneamente vencedor e perdedor, o presidente precisaria valer-se de muitos argumentos persuasivos para reconstruir sua figura de um dirigente voltado para as causas sociais, fundador de um partido político que sempre lutara para a transparência dos atos governamentais durante o período em que fora oposição e, agora, quando no governo, encontrava-se arranhado em seu *ethos* institucional. O discurso, pois, precisava recompor o *ethos* individual e institucional e conferir credibilidade às palavras do representante maior da nação.

Nesse sentido, o discurso é palavra em movimento, ato retórico fundamental que busca a persuasão. A forma como o presidente colocaria, em movimento intencional e retórico, a palavra num ato retórico que precisava, muito mais do que informar os propósitos do governo, persuadir boa parte de uma nação é interessante para nossos propósitos, pois ao compreender o discurso dessa forma, como um meio de ação de um orador sobre o outro – mais do que uma representação do mundo, o dizer corporifica-se como elemento constitutivo do próprio orador e da história que o projetou, capaz de realizar a transformação (ou a manutenção) do homem e ou da realidade. *Ethos*, por sua vez, é prospecção de uma imagem do caráter do orador. O presidente, ao longo de muitos anos, construíra, sob alicerces da honestidade e retidão de princípios, uma imagem de si muito sólida. Os acontecimentos reais, porém, o colocavam em situação delicada e singular em sua carreira política. O confronto entre a ação retórica desejada e o "ethos" arranhado precisaria se configurar discursivamente num potente movimento argumentativo.

Neste discurso, o Presidente Lula faz novamente seu plano de governo baseado nas causas sociais do Brasil, ou seja, o presidente procura mostrar-se conhecedor profundo das maiores necessidades da população e, por ganharem esse status, constituem parte fundamental de seu plano de governo. Para mostrar-se honesto e seguro, vale-se de argumentos éticos e patéticos, considerados como provas retóricas e, portanto, persuasivas. Considera-se que a argumentação somente é tida como eficaz quando chega a persuadir o outro. Não basta a simples apresentação das provas e das razões: é preciso apelar aos sentimentos. Na constituição do *ethos* do Presidente, podemos verificar como, retoricamente, o orador Lula se apresenta e como se assume: corajoso, sério, humilde, grato, entre

outros. Evidentemente, tal retrato de si mesmo apela para conceitos éticos com persuasão assegurada para um auditório universal.

Se as provas se pautam por princípios éticos, o *pathos* provocado merece também atenção, pois pode variar em função da constituição argumentativa empregada pelo orador. Podemos destacar alguns fragmentos éticos do discurso do presidente e refletir sobre o efeito de sentido que provocam no auditório.

No intuito de demonstrar humildade, Lula diz: “O que ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia – e ainda hoje me sinto – parte humilde instrumento” (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL 2007). A imagem construída pretende comover pelo uso da metáfora: humilde instrumento. Por outro lado, o adjetivo “humilde” pretende constituir uma hipérbole, ampliando, em sentido positivo, as próprias qualidades do orador. A hipérbole, por sua vez, para além da expressão, condensa um argumento de direção. A invocação às forças do “poderoso” movimento histórico e da humildade do instrumento apelam para a confiança do auditório, para sua presunção e comporta um aspecto oratório que torna as premissas verossímeis.

Tentando mostrar-se um batalhador, salienta sua condição de vencedor por meio de termos que remetem o auditório ao campo semântico de uma luta:

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Querendo evidenciar gratidão, cita: Tenho ao meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

Os gregos compreendiam que o *ethos* é, para o homem, a expressão normativa da sua própria natureza: um distanciamento consciente, que adentra o terreno

da ética e demonstra discurso racional sobre o *ethos*. Nesse sentido, o presidente, num movimento retórico de omissão, não faz referência a seus ex-assessores diretos, sempre denominados de amigos nos discursos anteriores aos trágicos acontecimentos que abalaram a credibilidade dos políticos do país. José Dirceu, por exemplo, seu braço direito em todo o percurso até a presidência é estrategicamente elidido desse discurso.

Lula, enfraquecido nas escolhas dos “amigos”, busca ressaltar suas qualidades individuais e, assim, deixa de lado o bordão do companheirismo exacerbado que caracterizava as ações do PT: mostra-se, assim, paciente, persistente, impetuoso e corajoso:

Eu sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar. Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, **coragem e criatividade** para abrir novos caminhos (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

As palavras “honestidade” e “desonestidade”, “retidão de princípios”, tão comuns em pronunciamentos anteriores se transformam, de algum modo, em “consciência dos limites”. Exime-se de culpa e reafirma o compromisso com o povo e o país. Como os compromissos não são declinados, os fragmentos discursivos apenas reforçam a coragem, mas destaca uma falácia: ao dizer que é diferente na “consciência madura”, permite ao auditório a oportunidade de reconhecer que, antes, isto é, no primeiro mandato, possuía uma consciência imatura. O presidente parece ter-se esquecido de que o *ethos* guarda a marca da estrutura que conforma a tradição de um povo, seu "espírito", mas também comporta os influxos da ação dos sujeitos e das pressões conjunturais que interagem com essa estrutura, em

determinado tempo histórico. Ao trair-se, revela a história de seu povo e sua própria nos últimos tempos.

Lula destaca sua competência e de seu governo ao valer-se de uma metonímia que transforma o termo “meu governo” em “Brasil”: “O Brasil é melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia”(ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007). Tais afirmações mereceriam números comprobatórios que, em tese, sempre funcionam como um bom argumento. Assim colocadas, as frases apenas apelam para a credibilidade do auditório particular, aqueles que votaram a favor da reeleição, mas são pouco significativas para o restante da população que, por certo, buscava concretude nas afirmações do presidente. Nesse caso, a argumentação existe como prova em si mesma, distante da demonstração e, cremos, perigosa, pois coloca parte do auditório em guarda. Por outro lado, ganha a oratória, uma vez que destacar elementos positivos provocam *pathos* agradável no ouvinte.

Como um herói consciente, tenta associar sua imagem à dos protetores dos desvalidos:

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. (...) meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam. Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

Lula se pronuncia como conhecedor dos problemas do povo e defensor dos trabalhadores. Os substantivos, como se nota, vêm acompanhados de termos amplificadores. O presidente procura pintar um quadro de seu caráter e o faz por meio de figuras muito expressivas. A metáfora do percurso (meu caminho, caminhada) pretende imprimir concretude e valor ao status conquistado. A figura pretendida é a hipotipose que consiste em pintar o objeto de que se fala de maneira

tão viva que o auditório tem a impressão de tê-lo diante dos olhos. Ressalta-se, porém, o batalhador (defender os interesses dos mais pobres) consolida um argumento pelo sacrifício, que ressalta o valor de uma causa pelo sacrifício que são ou serão feitos por ela.

O *ethos* pode ser visto como a demonstração de uma consciência ética universal: a atitude moral básica do homem, considerado individual ou coletivamente. Nesse sentido, Lula mostra-se estadista e ufanista: “É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade. O Brasil tem muito que contribuir neste debate” (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007). Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações. “É interessante observar como se fundem a imagem do presidente e a imagem do país” (O Brasil tem muito – nossas preocupações). O argumento traz palavras essenciais para provocar pathos de confiança, conforto e esperança no futuro: nascimento novo fundado nos valores. A ideia de mudança se introduz e remete o leitor a valores desejáveis e preferíveis: tolerância e solidariedade.

Outro elemento de suma importância no discurso do presidente é o fato de ele, discursivamente, reforçar um distanciamento entre seu governo e os antecedentes. Ressalta que seu governo foi o que teve maior índice de aprovação: “É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa. (...) O desafio é grande, porém maior é minha disposição de vencê-lo” (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

Como é fácil perceber, Lula percebe sua responsabilidade enorme e, principalmente, seu imenso desafio, e, ao mesmo tempo demonstra a sua impetuosa disposição de vencê-lo. O uso do argumento de prestígio, tipicamente laudatório, se

ressalta e reforça o *ethos* do presidente. O guerreiro é, além de corajoso, consciente e responsável. Os argumentos éticos vão cedendo lugar aos patéticos, aqueles que reforçam as emoções e paixões no auditório.

Demonstra, ainda, em seu discurso, que tem visão de futuro:

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. ... Estas duas colunas (investimento público e privado), articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

O presidente é também o que sabe e tem receitas para o país. Não há, no discurso, qualquer justificativa para a afirmação do orador. Ao auditório, supostamente conquistado, resta a atitude de crença na sabedoria do presidente. O herói, guerreiro e consciente é também um profundo conhecedor do futuro.

Lula evidência características de cristão agradecido:

Minhas Senhoras, meu Senhores. Reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço. Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte. Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver. Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar. Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar. Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar. Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades. Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava (ÍNTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

Apelos retóricos dessa natureza são considerados provas patéticas, pois exortam as paixões do auditório: o país possui um enorme contingente de cristãos e é bem oportuno conclamar a autoridade divina para um auditório com essas características. O discurso ganha um tom de oração, de ladainha, pela repetição de “eu pedi” e de “Deus me deu” e ganha, pela figura de presença, marcas persuasivas bem conhecidas pelos estudiosos da retórica. Para o auditório a que se dirige, porém, o efeito é forte. O guerreiro, corajoso e consciente, é também um

homem de fé, um ser sábio que conhece o futuro do país e suas necessidades, sem ter, porém, que demonstrar quais caminhos os levaram a uma determinada conclusão.

O Presidente assevera ser o melhor Presidente que já existiu:

Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias. O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo (ÍTEGRA DO DISCURSO PRESIDENCIAL, 2007).

Os termos - nunca, muita coisa, mais respeitada - não fornecem qualquer precisão ao dizer, mas referem-se positivamente ao *ethos* do país. Nesse sentido, apenas preparam e reforçam a ideia de respeitabilidade tão almejada pelo auditório. O orador, ao assumir o papel de mentor (aquele que aconselha, repreende, dirige o público), provoca no auditório um sentimento muito positivo de superioridade e reforça a comunhão do orador com o auditório.

O *ethos* mostra-se no discurso do Presidente Lula na imagem de seu caráter idôneo, da atitude moral exemplar, considerando o Presidente como íntegro, confiável, pois tornou o Brasil uma nação mais respeitada e reconhecida.

Diante do exposto, percebe-se que Lula recorre a muitos artifícios persuasivos em seu discurso, na tentativa de seduzir, manipular e convencer seu auditório. Produz-se o *ethos* como um vencedor heróico, corajoso, persistente e atualizado que, com competência e ufanismo, é capaz de mudar o rumo do país. Ao falar de si e de seu governo, o orador Lula remete ao auditório a ideia de sucesso administrativo.

O *ethos* de mentor, guerreiro e corajoso, consciente de suas responsabilidades como chefe de governo, se ressaltam no Lula comprometido com a realidade social. Os argumentos utilizados, sempre bem articulados e

plausíveis, funcionam como poderoso instrumento persuasivo, ainda que não resistam a uma análise concreta das ações empreendidas ou da verdade numérica do que se enunciou.

CONCLUSÃO

O dom da palavra vem sendo estudado e conceituado desde os primórdios dos tempos, contudo, falar, na concepção ora abordada, não se limita a expor palavras e ser ouvido, mas sim, explorar a dádiva de dizer e ser abrigado, de ter seus dizeres por certos, por aceitos. Neste aspecto, independentemente de qualquer postura política, fato é que Lula é um mestre das palavras, e, é aí que entra a retórica, a arte de persuadir, eis que uma argumentação somente é tida como eficaz quando chega a persuadir o outro. No discurso o orador interage com o interlocutor e fornece interpretações baseadas no conhecimento prévio acerca do assunto tratado. É, pois, a persuasão, a característica máxima da retórica.

Assim, a ênfase do presente estudo é a constituição retórica dos discursos de posse do presidente Lula, respectivamente em 2003 e 2007.

Em 2003, diante de um auditório constituído, principalmente, por brasileiros, o orador Lula, depois de amargar constantes derrotas à Presidência da República, chegava, em janeiro de dois mil e três, ao mais alto posto da nação. E precisava de estratégias persuasivas e de fortes argumentos para ganhar a confiabilidade de seu governo. Temido por muitos por defender com veemência os interesses dos trabalhadores e por mostrar-se um radical sindicalista em toda sua trajetória.

Então, o seu discurso de posse, sendo um documento oficial de intenções do novo presidente, deveria, por sua natureza, constituir-se numa alocução persuasiva, capaz de emocionar e angariar credibilidade para as ações pronunciadas durante a campanha. Revelou-se um estadista maduro que estaria apto e capaz de governar toda uma nação.

E, por conseguinte, o orador Lula centrou-se no *ethos* constituído de um presidente digno, honesto, pois em todo seu percurso, construíra uma imagem de si muito sólida. Em seguida, mostrou-se em seu referido discurso um conhecedor profundo das desigualdades sociais, relatou-se indignado com a corrupção, recitou-se uma crítica à maneira que o Fernando Henrique Cardoso conduziu o país, salientou-se, ainda, seu apoio à política agrária.

Já em 2007, novamente diante de um auditório constituído, sobretudo por brasileiros, o orador, vencedor de uma campanha política, agora estava enfraquecido pelas constantes denúncias de improbidade atribuídas aos seus assessores diretos. Luiz Inácio precisava novamente, de um discurso com estratégias persuasivas e de fortes argumentos, desta vez, para ganhar adeptos entre aqueles que não deram seu voto para sua manutenção como presidente. Nesse sentido, a constituição do *ethos* ganha vigor, pois, simultaneamente vencedor e perdedor, o presidente precisaria valer-se de muitos argumentos persuasivos para reconstruir sua figura de um dirigente voltado para as causas sociais.

Fundador de um partido político, que sempre lutara pela transparência dos atos governamentais durante o período em que fora oposição e, agora, quando no governo, encontrava-se arranhado em seu *ethos* institucional. O discurso, pois, precisava recompor o *ethos* individual e institucional e conferir credibilidade às palavras do representante maior da nação.

Então, a retórica se valeria de outro recurso para projeção de um novo *ethos* do presidente em 2007. Uma situação que exigiria um discurso argumentativo bem mais conciso, capaz de convencer uma população desconfiada e insegura da capacidade do presidente de contornar as dificuldades expostas. E desta forma, Lula apresentou-se seu discurso reforçando um distanciamento entre ele e seus ex-assessores, buscando destacar as qualidades individuais, conclamando a autoridade divina e asseverando ser o melhor presidente do Brasil. Tudo isso, pode ser visto na análise da constituição retórica dos discursos de posse do presidente Lula.

Em referido discurso, o Presidente Lula busca ademais, o sopesar dos pormenores inerentes e adjacentes aos acontecimentos consumados no seio da sociedade brasileira. Para mostrar-se honesto e seguro, valeu-se de argumentos éticos e patéticos, considerados como provas retóricas e, portanto, persuasivas. Na constituição de seu *ethos*, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicitou em seu discurso, sua história ao longo da vida, suas dificuldades em seu percurso, as revoltas com as injustiças e com as desigualdades sociais. As palavras “honestidade” e “desonestidade” e “retidão de princípios”, se transformam numa “consciência dos limites”.

De certa forma, o presidente Lula se consolida diante da população brasileira com a formação de um *ethos* fincado em paixões e emoções como a de um ser sábio, competente e com propostas voltadas às causas sociais do país,

demonstrando compaixão e solidariedade para com o seu próximo. Uma estratégia argumentativa bastante eficaz para adquirir o pretendido convencimento.

Uma visão apurada dos movimentos políticos revela que os jogos de significados de um discurso são para evidenciar que a um bom orador não basta apenas falar, sendo essencial, que ele se reconheça no auditório que pretende aderir. O próprio orador tem que sentir a competência, a confiança e o amor que pretende transmitir, para que o discurso persuade e produza significado e, por conseguinte, seja aceito como verdadeiro.

Diante do exposto, percebe-se que Lula recorreu a muitas estratégias persuasivas em seu discurso, na tentativa de seduzir, manipular e convencer seu auditório. Produziu um *ethos* de um ser sábio, que conhece as necessidades consumadas no seio da sociedade brasileira. Além disso, o presidente ressalta-se compromissado com os problemas do povo brasileiro em sua dura realidade social.

Assim, a fala eficaz do orador contribuiu para o estabelecimento de uma inter-relação entre ele e o seu público. Por conseguinte, a sua imagem provoca um impacto e suscita à adesão do auditório e, desta forma, Lula apresentou-se efetivamente, como um vencedor heróico, corajoso, persistente e atualizado que, com competência e ufanismo, é capaz de mudar o rumo do país. Ao falar de si e de seu governo, o orador Lula remete ao auditório a ideia de sucesso administrativo, buscando o perfeito acordo com o seu ouvinte.

Portanto, é possível concluir que os argumentos da retórica, quando bem articulados e plausíveis, conquistam o carisma e levam ao convencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ramiro. O Povo no Poder. Revista Isto É, 8 jan. 2003, p. 28/32.

CARRILHO, Manuel (org.) Retórica e Comunicação, Lisboa: Ed. ASA, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 2005.

FREIRES, Fátima Neide. Quando a premissa e persuadir: a argumentação pela interlocução. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ÍNTEGRA DO DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL 8 JAN 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/01/01/287253898.asp>. Acesso em: 27 maio 2007.

MAGALHÃES, Raul Francisco. Racionalidade e Retórica teoria discursiva da ação coletiva. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

MIGUEL, L.F. A palavra aperfeiçoada: o discurso do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002. In: André Lemos; Christa Berger; Marialva Barbosa. (Org.). Narrativas midiáticas contemporâneas. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2006, v., p. 27-54.

MONTEAGUDO, Ricardo. Filosofia e paradigma em Cícero. Texto apresentado na XXV Jornada de Filosofia e Teoria das Ciências Humanas da UNESP- História e historiografia da filosofia, Marília, outubro de 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732002000100004&script=sci_arttext ,. Acesso em 28.Out.2008, às 10h50min.

MOSCA, L. S. A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/linei002.pdf>>. Acesso em 20 novembro 2006.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Site oficial. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/presidente/>. Acesso em 29.out.2008, às 17h40min.

REBOUL, Oliver. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REVISTA ISTO É. Trecho do Discurso de Posse de Lula no congresso. 8 jan.2003, p.29/32.

REVISTA VEJA. Trecho do Discurso de Posse de Lula no Congresso. 8 jan. 2003, p. 07/31.

TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

ANEXO 1
DISCURSO DE POSSE – CONGRESSO
Luiz Inácio Lula da Silva – 01/janeiro/2003

Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. (Parágrafo 1)

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos. (Parágrafo 2)

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e

continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista.

Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro. (Parágrafo 3)

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se quisermos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança. (Parágrafo 4)

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores. (Parágrafo 5)

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos. Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo. (Parágrafo 6)

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas

de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Essa é uma história antiga. (Parágrafo 7)

O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. (Parágrafo 8)

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, definições entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (Parágrafo 9)

É por isso, que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da PETROBRAS e a memorável luta pela redemocratização do

País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica organizada e planejada. (Parágrafo 10)

Vamos garantir acesso a terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. (Parágrafo 11)

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano. (Parágrafo 12)

Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos

produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem - muito bem - deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. (Parágrafo 13)

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. (Parágrafo 14)

Da mesma forma, é necessário incrementar - e muito - o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a

fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. (Parágrafo 15)

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo. . (Parágrafo 16)

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular. O combate à corrupção

e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência. (Parágrafo 17)

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras. (Parágrafo 18)

Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. (Parágrafo 19)

O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia. Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro. (Parágrafo 20)

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajadas; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos. As negociações comerciais são hoje de importância vital. (Parágrafo 21)

Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o MERCOSUL e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. (Parágrafo 22)

Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento. (Parágrafo 23)

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do MERCOSUL, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é, sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. (Parágrafo 24)

O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos terá com todos os países da América Latina. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as

suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado. (Parágrafo 25)

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. (Parágrafo 26)

Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes. (Parágrafo 27)

Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental. (Parágrafo 28)

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo,

muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

(Parágrafo 29)

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. (Parágrafo 30)

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença. (Parágrafo 31)

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo. (Parágrafo 32)

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. (Parágrafo 33)

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença. Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas, sobretudo pelos dons e poderes do seu povo. O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. (Parágrafo 34). Quando eu não puder fazer uma coisa, não terei nenhuma dúvida de ser honesto e dizer que não sei fazer que não posso fazer e que não há condições. Tratarei vocês com o mesmo respeito com que trato meus filhos e meus netos. Peço a ajuda de todos vocês para governar, porque a

responsabilidade não é apenas minha, é nossa do povo brasileiro que me colocou aqui. (Parágrafo 35).

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro! (Parágrafo 36)

Brasília, 01 de janeiro de 2003.

Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente eleito da República Federativa de Brasil.

ANEXO 2
DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LULA
PLENÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
03/janeiro/2007

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida a de assumir a presidência do meu País.

Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia - e ainda hoje me sinto - parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos. E assim o será no Governo que se inicia. Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente. É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente para melhor na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas, nosso país é diferente - para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos. Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias. O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo. E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois? Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros. Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais. Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio-ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu. Os organismos internacionais - especialmente a ONU - não se atualizaram em relação aos novos tempos que vivem a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.

Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada. Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. Em

outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admitir tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser à força do povo.

É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa. Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares. O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo. Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência. Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou. Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos. Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente. Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível - debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona. É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade. Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado. Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado. Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar. Não

podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças. Sei que o crescimento, para ser rápido sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.

Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país. É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido. É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado. Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores. Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado. Sei que o investimento público não pode sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento. Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo.

Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa. Vamos: realinhar prioridades; aperfeiçoar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução. O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de Bio-energia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo. O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade. Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade. E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macro-econômica, com a redução da taxa real de juros. Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital - ou seja, o juro - for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios. Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito. Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, cheguem a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infra-estrutura, a agricultura, a habitação e o consumo. Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade. Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macro-econômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão. Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país.

O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero - saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados - teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime. Por isso, obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países. Nosso governo nunca foi, nem é "populista". Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda. E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do micro-crédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular. Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que

estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões. Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infra-estrutura. Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade. Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital. Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo. Na construção civil, os setores de infra-estrutura, habitação e saneamento básico. Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo. Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres. Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento. Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional - sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio. O que outros países fizeram ainda nos séculos dezanove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos. Trata-se

de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo. O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.

Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB. Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor. Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica. A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades. Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas. Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade. Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades pólo do país. Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do Pro UNI. O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.

Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder. Outras áreas vitais para a população - e objeto de permanente demanda - são as da saúde e da segurança pública. Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida. Sinto que em matéria de segurança pública - um verdadeiro flagelo nacional - crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos. Nunca o mundo viveu - como vive hoje - um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível. Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição. Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas. Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas. Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social. Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas. Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam. Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais,

consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo. Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça.

A reforma política deve ser prioritária no Brasil. Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir. O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial. Nossa política externa - motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação - foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.

Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo. Estamos mais próximos da África - um dos berços da civilização brasileira. Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-americana de Nações.

Senhoras e Senhores,

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade. O Brasil tem muito o que contribuir neste debate. Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações. Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica. A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer. Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade. Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores,

Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro. A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados. O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado. Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas".

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente. O que distribuímos - e mais do que isso: socializamos - foi cidadania. Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar. Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo

fundamental. A vontade de mudança - que esteve reprimida por décadas, séculos - expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta. Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses. Mas exige opções, alinhamentos. Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo. Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos. Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo.

Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.

“Muito obrigado.”

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)